



RELATÓRIO E CONTAS 2013

Actividade
Sindical

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
1. SÓCIOS	5
1.1. Movimento de sócios	
1.2. Por género, situação e escalão etário	
2. ATIVIDADES	8
2.1. Ação sindical	
2.1.1. Vida Institucional	
2.1.2. Contratação Coletiva	
2.1.3. Sindicalização	
2.1.4. Informação	
2.1.5. Globalização e Cooperação	
2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres	
2.2.1. Centro de Férias e Formação	
2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo	
2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer	
2.2.4. Colónias de Férias	
2.2.5. Atividades socioculturais	
2.2.6. Atividades desportivas	
2.3. Apoio Jurídico	
2.4. Formação	
2.5. Lutuosa	
3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS	37
3.1. Gestão	
3.2. Recursos Humanos	
3.2.1. Por Tipo de Pessoal	
3.2.2. Por Empresa	
3.2.3. Outros Indicadores	
3.3. Instalações	
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	42
4.1. Enquadramento	
4.2. Análise Económica	
4.2.1. Análise Global	
4.2.2. Análise por Empresas	
4.3. Análise Financeira	
II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	54
1. Balanço	
2. Demonstração dos Resultados por Naturezas	
3. Demonstrações de Fluxo de Caixa	
4. Demonstrações de Alterações no Capital Próprio	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS	80

INTRODUÇÃO

Crise económica e financeira, recessão, déficit, setor bancário – são termos que, desde 2008, entraram na conversação quotidiana, especialmente relacionados com austeridade, desemprego e empobrecimento. Neste contexto, o setor bancário aparece frequentemente como origem e vítima do problema, com consequências gravosas para a generalidade dos cidadãos, enquanto sujeitos da cidadania e, também, muito incisivamente, enquanto contribuintes.

Em Portugal, alguns bancos foram afetados, com diferentes graus de gravidade, quer por colapso financeiro (BPN e BPP), quer por necessidade de intervenção do Governo, através do financiamento previsto no programa de auxílio financeiro, estabelecido entre o Governo Português e instituições financeiras internacionais.

Também, nas instituições do sector empresarial do estado, para além das restrições gerais, continuam a ser implementados cortes e aplicadas medidas de exceção que diminuem o rendimento e outros apoios aos trabalhadores. A fragilidade que se verifica no sector financeiro europeu e nacional continuou, também, a afetar a sustentabilidade do emprego e os direitos e garantias contratualmente estabelecidos.

Neste enquadramento, os condicionalismos de um Sindicato dos Bancários são, por demais, manifestos. Menos trabalhadores bancários, menos associados sindicais, menor volume de contribuições. De um ponto de vista económico-financeiro, a solução pode ser e será sustentável, passando, fundamentalmente, pela redução de gastos. Mas o problema não se esgota aí...

Questão mais complexa residirá no próprio papel de um Sindicato dos Bancários, numa conjuntura como a atual. Que reivindicações? Que direitos? Que prioridades? Que vias negociais?...

Saberemos, decerto, encontrar o melhor caminho na defesa dos valores sindicais, da dignidade dos trabalhadores e do emprego.

A ação do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em 2013, manteve-se relativamente estável, desenvolvendo uma série de atividades, de cariz e âmbito sindicais, mas também na área da formação, do lazer, desporto e cultura.

O Sindicato, também afetado pela crise, nomeadamente com a diminuição do número de associados, fruto da redução de efetivos no sector, continua, ainda assim, a apresentar resultados positivos e uma sólida situação económica e financeira, condição essencial para assegurar uma resposta adequada aos acrescidos desafios que o momento atual exige.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.1. Movimento de sócios

1.2. Por género, situação e escalão etário

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.1. Movimento de Sócios

No final de 2013, o SBSI contava com 42.805 sócios, correspondendo a uma diminuição de 1.293 elementos (-3,7%).

MOVIMENTO DE SÓCIOS	2013	2012	2011	Variação	
	Nº	Nº	Total	13/12	12/11
Situação no início do ano	44.098	45.770	47.316	-4%	-3%
Admissões e readmissões	336	412	427	-18%	-4%
Cancelamento de inscrições	1.629	2.084	1.973	-22%	6%
<i>Transferências p/ fora da área</i>	7	9	11	-22%	-18%
<i>Falta de pagamento de quotas</i>	77	79	66	-3%	20%
<i>Abandono do sector</i>	391	599	433	-35%	38%
<i>Pedidos de demissão</i>	699	858	1034	-19%	-17%
<i>Falecimentos</i>	436	379	427	15%	-11%
<i>Licença sem vencimento</i>	14	5	2	180%	150%
<i>Motivo desconhecido</i>	5	85	0	-94%	-
<i>Saídas com efeito em anos ant.</i>	0	70	0	-100%	-
Situação no final do ano	42.805	44.098	45.770	-3%	-4%

O pedido de demissão foi a principal causa para o cancelamento de inscrições, com 43% do total, correspondente a 699 dos casos ocorridos durante o ano, seguido do número de óbitos e abandono do sector, com 27 e 24%, respetivamente. Note-se que, ao contrário do ano passado, o número de falecimentos ultrapassou o número de abandono do sector.

1.2. POR SITUAÇÃO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO

SEXO / GRUPO ETÁRIO	2013		2012	2011	Variação	
	Total	(%)	Total	Total	13/12	12/11
GÉNERO	42.805	100%	44.098	45.770	-3%	-4%
<i>Homens</i>	27.211	64%	28.023	29.065	-3%	-4%
<i>Mulheres</i>	15.594	36%	16.075	16.705	-3%	-4%
SITUAÇÃO	42.805	100%	44.098	45.770	-3%	-4%
<i>Activos</i>	19.635	46%	20.894	22.782	-6%	-8%
<i>Reformados</i>	23.170	54%	23.204	22.988	0%	1%
GRUPO ETÁRIO	42.805	100%	44.098	45.770	-3%	-4%
<i>< 30 anos</i>	757	2%	1.102	1.543	-31%	-29%
<i>31 - 40 anos</i>	5.514	13%	6.276	7.146	-12%	-12%
<i>41 - 50 anos</i>	7.127	17%	7.267	7.553	-2%	-4%
<i>51 - 60 anos</i>	7.665	18%	8.085	8.661	-5%	-7%
<i>> 60 anos</i>	21.742	51%	21.368	20.867	2%	2%

A representatividade das mulheres, na estrutura de sócios do SBSI, manteve-se em 2013, constituindo estas 36,4% do total.

Os reformados aumentaram o seu peso, em relação aos dois anos anteriores, atingindo, no final de 2013, os 54,1% do total, contra 52,6% e 50,2%, em 2012 e 2011 respetivamente. Tal situação deriva do gradual envelhecimento dos sócios. No final do ano, os escalões que representavam os associados com mais de 60 anos detinham 50,8% do total, contra 48,5% no ano anterior, um aumento de mais 374 sócios nesse grupo etário.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.2. Por situação, género e escalão etário

Todos os escalões etários, com excepção do que representa os sócios com mais de 60 anos, sofreram uma redução, em termos absolutos, assinalando-se a maior quebra no escalão de 31 a 40 anos. O grupo dos sócios com menos de 30 anos representava, apenas, cerca de 1,8% do total. O último escalão - que voltou a crescer, em 2013 - continua a ser o mais numeros e o seu peso corresponde já a 50,8% do total.

1.3. Por Seção Sindical

Estavam registados, no final do ano, na área das Seções Sindicais de Empresa, 26.738 sócios, dos quais 51,1% eram reformados.

SECÇÕES DE EMPRESA E REFORMADOS	2013		2012	2011	Variação	
	Total	(%)	Total	Total	13/12	12/11
SÓCIOS	26.738	100%	27.596	28.626	-3%	-4%
Activos	13.073	49%	13.876	14.955	-6%	-7%
Reformados	13.665	51%	13.720	13.671	0%	0%
SECÇÕES DE EMPRESA	13.073	49%	13.876	14.955	-6%	-7%
BBVA	271	1%	280	286	-3%	-2%
Santander Totta	1.406	5%	1.462	1.509	-4%	-3%
Millennium/BCP	2.605	10%	2.778	3.071	-6%	-10%
BES	1.637	6%	1.690	1.773	-3%	-5%
BPI	1.615	6%	1.735	1.854	-7%	-6%
BANIF	476	2%	506	564	-6%	-10%
Banco de Portugal	796	3%	837	874	-5%	-4%
Barclays Bank	320	1%	387	437	-17%	-11%
CCAM	298	1%	342	327	-13%	5%
IFAP	195	1%	195	199	0%	-2%
Montepio Geral	1.050	4%	1.060	1.168	-1%	-9%
Unicre	165	1%	175	177	-6%	-1%
Interempresas	555	2%	616	724	-10%	-15%
SIBS	199	1%	203	211	-2%	-4%
Banco Popular	314	1%	328	335	-4%	-2%
Grupo CGD	832	3%	920	1.074	-10%	-14%
BIC (Ex-BPN)	339	1%	362	372	-6%	-3%
SECÇÃO DE REFORMADOS	13.665	51%	13.720	13.671	0%	0%

As Seções Sindicais de Empresa perderam 858 sócios, em 2013. Todas as empresas apresentaram variações negativas, onde, à semelhança do ano passado, se destaca o Millennium/BCP com uma diminuição de 173 registos em relação a 2012. Também é de assinalar o BPI e o Grupo CGD que perderam, 120 e 88 sócios, respetivamente.

A Seção Sindical de Reformados que incorpora todos os sócios aposentados da área de Lisboa, que transitaram das Seções de Empresa, registou um decréscimo de 55 reformados, variação contrária a que foi registada em 2012.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.3. Por Seção Sindical

As Seções Sindicais Regionais também registaram diminuição do número de sócios, relativamente ao ano anterior (- 435 sócios). No final do ano, estavam aqui recenseados 16.067 sócios, dos quais 59,1% eram reformados.

SECÇÕES REGIONAIS	2013		2012	2011	Variação	
	Total	(%)	Total	Total	13/12	12/11
SÓCIOS	16.067	100%	16.502	17.144	-3%	-4%
<i>Activos</i>	6.571	41%	7.018	7.827	-6%	-10%
<i>Reformados</i>	9.496	59%	9.484	9.317	0%	2%
SECÇÕES REGIONAIS	16.067	100%	16.502	17.144	-3%	-4%
<i>Angra Heroísmo</i>	367	2%	365	391	1%	-7%
<i>Beja</i>	625	4%	678	741	-8%	-9%
<i>Castelo Branco</i>	520	3%	541	551	-4%	-2%
<i>Covilhã</i>	404	3%	411	435	-2%	-6%
<i>Évora</i>	976	6%	990	1.019	-1%	-3%
<i>Faro</i>	1.250	8%	1.314	1.387	-5%	-5%
<i>Funchal</i>	692	4%	721	766	-4%	-6%
<i>Horta</i>	212	1%	216	219	-2%	-1%
<i>Ponta Delgada</i>	876	5%	892	909	-2%	-2%
<i>Portalegre</i>	621	4%	668	688	-7%	-3%
<i>Portimão</i>	876	5%	919	1.049	-5%	-12%
<i>Santarém</i>	1.225	8%	1.277	1.308	-4%	-2%
<i>Setúbal</i>	5.057	31%	5.090	5.197	-1%	-2%
<i>Tomar</i>	1.060	7%	1.101	1.162	-4%	-5%
<i>Torres Vedras</i>	1.306	8%	1.319	1.322	-1%	0%

Foram subtraídos, este ano, 447 sócios entre os ativos, relativamente a 2012, embora o número de reformados tenha aumentado em mais 12 elementos.

À exceção de Angra do Heroísmo, todas as Seções Regionais reduziram o número de sócios, em comparação com o ano anterior.

Na distribuição por género, nota-se predominância dos homens, no conjunto das Seções Regionais, representando 68,1% do total. Nos reformados, o peso dos homens é ainda destacado (66,6%).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADES

- 2.1. Ação Sindical
 - 2.1.1. Vida Institucional
 - 2.1.2. Contratação Coletiva
 - 2.1.3. Sindicalização
 - 2.1.4. Informação
 - 2.1.5. Globalização e Cooperação
- 2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres
 - 2.2.1. Centro de Férias e Formação
 - 2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo
 - 2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer
 - 2.2.4. Colónias de Férias
 - 2.2.5. Atividades Sócio-Culturais
 - 2.2.6. Atividades Desportivas
- 2.3. Apoio Jurídico
- 2.4. Formação
- 2.5. Lutuosa

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.1. Vida Institucional

■ CONSELHO GERAL

Em 2013 realizaram-se duas reuniões do Conselho Geral, para deliberar sobre as seguintes questões:

- Relatório e Contas de 2012, da Atividade Sindical, SAMS, USP e, ainda, pela primeira vez, um documento global, de dados agregados do SBSI;
- Orçamento para 2014, da Atividade Sindical, SAMS e USP;
- Regulamento de Gestão do SAMS;
- Mandato para subscrição de Convenções Coletivas à FEBASE.

No Conselho Geral, realizado em dezembro de 2013, para além da discussão e deliberação sobre as matérias constantes da ordem de trabalhos, foi feita a apresentação da Comissão Executiva do SAMS Prestação Integrada de Cuidados de Saúde.

■ ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS NOS AÇORES

Entre 29 de novembro a 1 de dezembro, teve lugar, em Angra do Heroísmo, a 14.^a edição do Encontro de Delegados Sindicais dos Açores.

Participaram no Encontro cerca de quatro dezenas de delegados sindicais, oriundos de quase todas as ilhas açorianas.

Em análise estiveram os problemas laborais dos bancários do arquipélago – com destaque para o BCP e o Banif – e as inovações operadas no SAMS.

A ocasião foi aproveitada para uma reflexão aprofundada não só sobre o setor bancário, mas também sobre as estratégias necessárias para o sindicalismo ultrapassar o atual momento de crise.

Nesse âmbito, realizaram-se diversos painéis temáticos, entre os quais se destaca: “Novos Tempos, novo sindicalismo”, “Sindicalismo em tempo de crise”, “Millennium BCP: que futuro?”, “Contratação coletiva na banca” e “Inovações no SAMS”. As intervenções estiveram a cargo do presidente e vice-presidente da Direção e do coordenador do pelouro da Contratação.

Todos os painéis tiveram uma expressiva participação dos delegados sindicais açorianos.

■ OUTROS EVENTOS

- Reuniões com Comissões de Trabalhadores;
- Reuniões com Secretariados Sindicais de Empresa e Regionais.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.1. Vida Institucional

■ AÇÕES DO GRAM

O GRAM, Grupo de Ação de Mulheres, realizou três reuniões regulamentares de núcleos, nas quais estiveram em debate temas sindicais e onde cada núcleo fez o balanço do trabalho desenvolvido e perspetivou futuras ações. Na última reunião de núcleos, foi feito um balanço geral e apresentado o plano de atividades para 2014. Refira-se que todas as iniciativas realizadas se destinaram a mulheres e homens.

O núcleo de Ponta Delgada fez uma campanha de solidariedade na Páscoa, beneficiando instituições sociais de apoio a crianças e jovens. Outra iniciativa levada a cabo foi o Natal Solidário, com a distribuição de 18 cabazes a famílias carenciadas com agregados familiares alargados, alguns com mais de seis pessoas.

Entre as atividades promovidas pelo núcleo de Castelo Branco, destacam-se o baile de máscaras no Carnaval, um workshop de maquilhagem e a caminhada até à Romaria da Cidade, com um piquenique familiar. Foi dada continuação às aulas de práticas de Yoga e à ação do clube Mikokaia - Literacia científica para crianças.

O núcleo de Portimão comemorou o Dia Internacional da Mulher nas instalações da Seção sindical.

O GRAM promoveu, ainda, ações de formação, incidindo sobre uma vertente psicossomática, no âmbito da análise transacional “Gerir o Eu”, realizadas no Centro de Formação de Ferreira do Zêzere.

Outras iniciativas a salientar:

- Seminário “Os Direitos Humanos e a Violência em Tempo de Crise”, assinalou o Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres;
- Apresentação do relatório sobre “Prostituição e Tráfico no crime organizado”, na Assembleia da República;
- Comemoração do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, com apresentação do programa pela CIG, na CPLP;
- Colóquio “Duas perspetivas para a problemática do emprego – os jovens e as mulheres”, na qualidade de membro do plenário da Comissão de Mulheres da UGT.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O clima de austeridade que continua a vigorar em Portugal, resultante das medidas de ajustamento da economia portuguesa impostas pelo programa de ajuda externa, foi mais um argumento utilizado pelo Grupo Negociador das Instituições de Crédito, subscritoras da resposta à proposta apresentada pela FEBASE em 2012, como fator condicionante das negociações em curso desde há cerca de um ano e meio.

É neste contexto, hostil aos trabalhadores, que em 2013 decorreram as negociações do ACT do Setor Bancário. Sendo este setor um dos principais responsáveis pela crise mundial e também em Portugal, pretende agora valer-se da situação criada para alterar profundamente a convenção coletiva, fazendo uma limpeza nos direitos conseguidos pelos trabalhadores ao longo de décadas. As instituições de crédito encontraram, no clima de desregulamentação das relações laborais que assola o País, um terreno fértil para tentarem concretizar o que há muito vêm reclamando: um ACT de bases mínimas, deixando a cada instituição mão livre para fazer à sua vontade a gestão de recursos humanos.

Depois de um longo processo, em que os negociadores da FEBASE apresentaram todos os argumentos em defesa das suas posições – nomeadamente o facto de, apesar da situação de crise do País, a banca nacional ter conseguido resistir e, em alguns casos, apresentar até sinais de recuperação, para o que muito contribuiu o esforço e dedicação dos trabalhadores – o comportamento dos representantes da banca foi de total irredutibilidade, inviabilizando qualquer hipótese de acordo. Os trabalhadores bancários viram-se assim privados, tal como muitos outros, da atualização das suas remunerações, o que acontece pelo terceiro ano consecutivo.

Até ao final de 2013, o processo negocial registou alguma evolução, tendo sido possível um entendimento em matérias que, sendo importantes do ponto de vista das garantias, não são, contudo, determinantes ou inovadoras relativamente às que constam quer da proposta das Instituições de Crédito, quer das apresentadas pela FEBASE. Assim, continuam em aberto todas as matérias que se prendem, nomeadamente, com Carreiras e Categorias Profissionais, Mobilidade, Diuturnidades, Prémio de Antiguidade e SAMS, bem como a referente a aumentos salariais.

Também as matérias resultantes das normas constantes do Código do Trabalho subsistem em aberto.

Como se pode constatar, e apesar das inúmeras reuniões efetuadas, não foi ainda possível chegar a um entendimento global que permita alguma tranquilidade face às nossas expectativas.

E não será demais acentuar que a denúncia do ACT feita pelas Instituições de Crédito é preocupante, na medida em que pode fazer caducar a convenção coletiva. O prolongamento das negociações é prejudicial aos trabalhadores. Neste contexto, não se pode correr o risco de ficar sem convenção, mas tal não significa que se deva fazer um acordo a qualquer custo.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Face a este cenário, 2014 será um ano decisivo para o futuro das condições de trabalho no sector bancário.

ACT do BCP adaptado ao Código do Trabalho

Após várias insistências junto da Administração do BCP, ainda em 2012, foram em 2013 encetadas as negociações que possibilitaram a publicação do Acordo, adaptado às normas do Código do Trabalho, no que se refere à aplicação às uniões de facto dos mesmos direitos contratuais dos restantes trabalhadores, desde que cumpram os requisitos previstos no referido Acordo.

O disposto no Acordo aplica-se às situações de união de facto cujo prazo de dois anos se inicie a partir da data de entrega da declaração à instituição, sob compromisso de honra dos dois unidos.

No que se refere às uniões de facto existentes à data da publicação do presente Acordo, o prazo será contado desde o início dessas situações se, nos 180 dias a contar da mesma data, for entregue a declaração, contendo ainda a indicação da data do início da união de facto.

Plano complementar de reformas no BCP

O Acordo contemplou ainda a adaptação do texto do ACT no que diz respeito ao plano complementar de reformas, transformando-o num plano com direito a portabilidade.

Refira-se que o banco, no uso dos seus poderes decorrentes do "Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", podia proceder às alterações do Fundo sem necessidade de negociar com os sindicatos, passando este, por força destas alterações, a fazer parte integrante do ACT do Grupo BCP.

PARVALOREM

Para a gestão dos ativos não integrados na operação da venda do BPN ao BIC foi criada, entre outras, a PARVALOREM. Nesta nova empresa pública foram colocados cerca de 380 trabalhadores, abrangidos pelo ACT do setor bancário à data da transferência. Neste quadro, a FEBASE, em nome dos seus Sindicatos, apresentou uma proposta de celebração de um Acordo de Empresa. O documento tem por base o ACT em vigor e estabelece as garantias adequadas que as circunstâncias permitem.

As negociações iniciaram-se em janeiro, tendo decorrido dentro dum grande espírito de cooperação por parte da Administração, aguardando-se pela solução que vier a ser encontrada para algumas matérias em sede de revisão do ACT do setor.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

BIC/BPN

Face ao processo de despedimento coletivo seletivo que ocorreu no Banco BIC, envolvendo cerca de uma centena de trabalhadores, o SBSI pôs à disposição dos associados os seus serviços jurídicos.

Refira-se que os sócios foram contactados pelos serviços do Sindicato para prestar informação sobre as diligências necessárias à impugnação do despedimento coletivo. Apenas duas ações foram interpostas, estando o processo ainda a decorrer.

Barclays

Em reunião com a direção de recursos humanos ibérica do Barclays, foi conhecida a pretensão do banco de rescindir o contrato de trabalho com cerca de 350 trabalhadores e encerrar mais de uma centena de balcões. Ficou acordado que os responsáveis manteriam os Sindicatos devidamente informados sobre o modelo de rescisão a adotar, bem como dos balcões que se propunham encerrar.

O Sindicato pôs à disposição dos associados os seus serviços jurídicos, que acompanharam os trabalhadores que se lhe dirigiram, nomeadamente na procura de aconselhamento e na análise da legalidade das propostas que lhe foram apresentadas.

Banif

O processo de reestruturação do banco e o incumprimento do ACT em diversas áreas – nomeadamente no que se refere às promoções por antiguidade e mérito, prémios de antiguidade, crédito à habitação e base de incidência da contribuição do banco nas pensões dos reformados para os SAMS – foram algumas das preocupações com que o Sindicato se debateu durante o ano de 2013, no Banif.

Refira-se que no que concerne à reestruturação – processo iniciado em 2012, com o encerramento de 27 balcões e um elevado número de rescisões de contrato por mútuo acordo – o banco afirmou pretender que esta continue de forma tranquila, tendo a preocupação de salvaguardar o maior número possível de postos de trabalho.

Despedimento coletivo na Caixa Duero

A direção, logo que tomou conhecimento da intenção da Caixa Duero de proceder a um despedimento coletivo, reuniu-se com a administração para analisar as condições em que tal pretensão iria ser desenvolvida, tendo alertado a administração para que o tratamento a dar aos trabalhadores fosse, no mínimo, idêntico ao que deram aos trabalhadores em Espanha. Por outro lado, a direção pôs à disposição dos trabalhadores, o serviço jurídico, para acompanhamento e prestação de esclarecimentos.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

BCP: Plano de reestruturação

Numa reunião com a administração do BCP, realizada em outubro, os Sindicatos foram confrontados com uma proposta resultante do acordo firmado entre o banco, a DG Comp e o Estado Português, com o objetivo de recapitalização da instituição. O acordo tripartido impõe, para os próximos quatro anos, uma redução dos custos com pessoal para valores da ordem dos 392 milhões de euros – uma diminuição de cerca de 160 milhões – e do quadro de efetivos para 7.500 trabalhadores. Caso não o consiga pela via do diálogo com os sindicatos, o BCP ameaçava recorrer ao despedimento coletivo de cerca de 1.800 trabalhadores, com base nas regras do código de trabalho.

Sendo possível um acordo com os Sindicatos naqueles parâmetros, a redução do número de trabalhadores fixar-se-ia em cerca de 1.100, concretizada através de reformas antecipadas e de rescisões amigáveis de contrato, abertas a todos os trabalhadores.

Os sindicatos disponibilizaram-se para negociar, com o objetivo de encontrar uma solução que permitisse garantir da melhor forma os direitos dos trabalhadores – sobretudo o direito à retribuição – bem como para encontrar uma plataforma de acordo capaz de salvaguardar pelo menos quatro centenas dos postos de trabalho em risco, permitindo ao banco, simultaneamente, cumprir as obrigações inerentes ao plano de recapitalização.

Por outro lado, os Sindicatos pretenderam também participar na procura de soluções que viabilizassem a possibilidade de os trabalhadores serem posteriormente ressarcidos dos valores retidos por via do ajustamento salarial.

Outra das preocupações dos Sindicatos foi conseguir condições sociais e financeiras mais vantajosas para os trabalhadores que voluntariamente abandonem o banco, através de rescisões de contrato por mútuo acordo e de reformas antecipadas.

Em 31 de dezembro, foi assinado um “Memorando de Entendimento – Formalização dos princípios negociais acordados com os sindicatos para revisão dos ACT` do Millennium BCP”, de que destacamos os seguintes princípios:

- Garantia da salvaguarda de 400 postos de trabalho;
- Ajustamento salarial temporário e progressivo entre 3% e 11% sobre as atuais remunerações mensais efetivas (RME) superiores a mil euros, decorrente da não aplicação de cláusulas de expressão pecuniária;
- Garantia, a todos os trabalhadores, de um valor mínimo equivalente à soma total da atual remuneração base, subsídio de almoço e diuturnidades;
- Compromisso do Banco de submeter à assembleia geral de acionistas uma proposta de distribuição de resultados pelos trabalhadores, a partir do fim da intervenção estatal, que possa permitir a entrega de um valor total global acumulado, pelo menos, igual ao valor total não percebido durante o período transitório;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

- Rescisões voluntárias com condições superiores às da lei: 1,6 RME nas 3 primeiras semanas do processo; 1,5 RME no período seguinte, por cada ano de trabalho;
- Plano de reformas antecipadas: para trabalhadores com idade superior a 59 anos com compensação de 75% da RME até aos 65 anos; entre os 57 e 59 anos, com compensação de 70% da RME;
- Possibilidade de as prestações mensais dos créditos do trabalhador ser reduzidas, a seu pedido, até ao valor do ajustamento salarial durante o período transitório, sendo o valor restituído com a distribuição de resultados;
- Suspensão das promoções, progressões e novas diuturnidades enquanto vigorar o acordo, sem prejuízo do direito à contagem ininterrupta do tempo para vencimento destas diuturnidades;
- Caducidade do acordo, o mais tardar em 31 de dezembro de 2017;
- Direito de preferência dos trabalhadores que rescindam contrato, em futuras contratações;
- Implementação do acordo sujeita à publicação de Portaria de Extensão, que possibilite a sua aplicação a todos os trabalhadores;
- Reposição integral do atual ACT, após o fim da intervenção estatal.

■ SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Os trabalhadores da Parvalorem foram compulsivamente integrados no regime geral da Segurança Social e o seu fundo de pensões transferido para a Caixa Geral de Aposentações – tudo isto sem qualquer negociação com os Sindicatos.

Em virtude desta situação, viram o seu vencimento reduzido em 8% por força do aumento da contribuição para a Segurança Social.

Apesar de várias insistências dos sindicatos da FEBASE, a posição da empresa vai no sentido de não contemplar a pretensão dos trabalhadores, ou seja, compensá-los da redução da retribuição, pelo que se optou pelo recurso aos tribunais.

Relativamente ao fundo de pensões, face à ambiguidade do decreto-lei que o transferiu para a Caixa Geral de Aposentações, foram solicitados esclarecimentos às várias entidades oficiais, sem qualquer efeito prático, já que todas argumentam não serem responsáveis pela decisão. É o caso, concretamente, da instituição gestora do Fundo de Pensões, do Instituto de Seguros de Portugal e da própria administração da Parvalorem, esta última alegando que a transferência se verificou ainda na vigência do BPN.

Face a esta situação, foi pedida uma reunião à administração da CGA, pretendendo saber, nomeadamente, como será feita a contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma, reunião cuja realização se aguarda para breve.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

CGD

Estando os trabalhadores do Grupo CGD entre os diretamente afetados pela aplicação da Lei do Orçamento do Estado para 2013, os Sindicatos defenderam, mais uma vez, em reunião com a administração da Caixa, que as disposições do OE deviam ser acompanhadas de soluções compensatórias relativas aos cortes anteriores, de forma a evitar uma dupla penalização.

A administração comprometeu-se a adotar um “mecanismo de reversão” do impacto que as medidas de redução aplicadas em 2011 tiveram em cada trabalhador, o que veio a suceder.

Após a publicação do decreto-lei n.º 133 de 2013, que determina que o valor do subsídio de refeição nas empresas ligadas ao Estado seja igual ao da função pública o Sindicato, em reunião com a Administração, manifestou a sua preocupação com esta questão, penalizadora para os trabalhadores.

Foi, ainda, manifestada a inquietação decorrente de outras normas legais em discussão pública e que os Sindicatos entendem não poderem ter qualquer impacto nos trabalhadores da instituição, abrangidos por um acordo de trabalho livremente negociado.

A CGD é uma instituição financeira inserida num mercado extremamente concorrencial, que, face à necessidade de manter os trabalhadores motivados, estes devem ser tratados como os restantes trabalhadores bancários em Portugal.

Foi garantido, na referida reunião, que a reestruturação em curso na CGD está a ser efetuada com recurso a reformas antecipadas e à mobilidade interna dos trabalhadores, pelo que se admite não ser necessário ir recorrer a outros meios para atingir os objetivos propostos.

Extinção da aplicação do ACT no IFAP

Face à publicação do Decreto-Lei 19/2013, de 6 de fevereiro, o SBSI, em conjunto com os Sindicatos da FEBASE, requereu, junto da Presidência da República, do Procurador-Geral da República, do Provedor de Justiça e dos grupos parlamentares, o desencadear do processo de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma, invocando, nomeadamente, a violação dos princípios constitucionais da contratação coletiva, da igualdade, da tutela da confiança e do não retrocesso social.

Refira-se que este pedido veio na sequência do trabalho desenvolvido junto das autoridades responsáveis pela condução do processo legislativo referente à integração plena dos trabalhadores do IFAP e das DRAP (oriundos do ex-IFADAP) nas carreiras da administração pública, com o consequente estatuto remuneratório e posterior integração, por força da publicação do DL 30/2013, no Regime Geral da Segurança Social e do fundo de pensões na Caixa Geral de Aposentações.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Simultaneamente, e atendendo ao prejuízo relevante e irreparável, foram intentadas duas providências cautelares, uma no Supremo Tribunal Administrativo e outra no Tribunal do Trabalho, requerendo, respetivamente, a suspensão da eficácia do ato de derrogação do ACT do Setor Bancário inscrito no art.º 9.º do referido diploma, bem como o reconhecimento por parte do IFAP da manutenção do ACT para o Setor Bancário, independentemente da entrada em vigor do Decreto-Lei.

Apresentou-se ainda, junto da UGT, uma queixa referente à violação, pelo Governo português, do direito à contratação coletiva, para ser veiculada junto da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Declarada a Inconstitucionalidade das normas do OE

Ao fim de alguns meses de espera, surgiu a tão aguardada decisão do Tribunal Constitucional aos pedidos de fiscalização de algumas normas do Orçamento do Estado para 2013.

No que aos bancários diz respeito, o Tribunal declarou inconstitucionais as normas que visavam suspender o pagamento de subsídios de férias aos trabalhadores no ativo e do 14º mês ou equivalente de aposentados e reformados da Caixa Geral de Depósitos, do Banco de Portugal e dos institutos públicos.

Em função deste acordo, os reformados bancários cuja pensão é, em parte, suportada pela Segurança Social ou pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) receberam o subsídio de férias nos termos habituais, tal como expresso nos respetivos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho. Estão neste caso os reformados de instituições como o Santander Totta, ex-BNU, CGD, BdP, IFAP, Banif e outros.

Os cortes previstos no Orçamento do Estado (OE 2014) vão de novo afetar os trabalhadores do setor financeiro que pertencem às empresas do setor empresarial do Estado, referidas.

Encontram-se nesta situação os trabalhadores do Grupo CGD, da Parvalorem, BPN Crédito, IFAP, IHRU, IGCT, ITP e do ex-IFADAP. Damos, de seguida, conta de alguns dos cortes previstos:

- Será mantida a contribuição extraordinária de solidariedade (CES) e a sobretaxa em sede de IRS, já previstas na Lei do OE para 2013;
- No que diz respeito ao subsídio de refeição, o valor fixado para a Administração Pública passa a ser imperativo para estes trabalhadores, prevalecendo sobre o dos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis, prevendo-se, porém, a possibilidade de manutenção de valores superiores, mas não sendo objeto de atualização até o valor da Administração Pública estar equiparado;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

- Em 2014, o subsídio de Férias será pago em duodécimos, bem como o subsídio de Natal ou montante adicional equivalente dos aposentados e reformados da CGA e da Segurança Social;
- Todas as “valorizações remuneratórias” são proibidas em 2014, como será o caso das progressões na carreira, atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim, estando também vedadas as promoções.

O OE 2014 prevê ainda que sobre as prestações relativas a subsídios de doença (de duração igual ou superior a 30 dias) e desemprego incida uma contribuição de 5% e 6%, respetivamente.

As pensões de sobrevivência a atribuir a partir de 1 de janeiro, pela CGA e pela CNP, passam a ter uma taxa de formação específica em função do valor global (correspondente à soma de todas as pensões que sejam pagas ao mesmo titular).

■ COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES

O Sindicato participou, em 2013, em reuniões de Comissões de Acompanhamento de Fundos de Pensões de seis instituições: Banco de Portugal, BES, Santander Totta, BPI, BCP e Banco Credibom.

Estas reuniões tiveram por objetivo a análise da documentação disponibilizada, nomeadamente do Relatório Atuarial de 2012 elaborado pelo atuário responsável. Para um exame fundamentado, os Sindicatos da Febase basearam-se em pareceres solicitados a uma equipa de técnicos especializada na matéria.

Das reuniões realizadas e da informação prestada foi possível concluir que os seis fundos de pensões apresentavam níveis de financiamento superiores a 100 por cento, cumprindo desta forma o rácio mínimo exigido pelo Banco de Portugal pelo Aviso 4/2005.

De sublinhar as alterações devidas à integração de trabalhadores no regime geral da Segurança Social, passando o benefício de reforma por limite de idade a ser repartido entre os fundos de pensões e o Centro Nacional de Pensões.

Na globalidade, as políticas de investimentos têm garantido uma adequada relação entre ativos financeiros de cobertura e as responsabilidades atuariais do fundo de pensões.

Isso mesmo é assinalado nos pareceres da referida equipa técnica, que considera os cinco fundos de pensões em análise suficientemente provisionados para as suas responsabilidades, conclusão que deixa o Sindicato tranquilo.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.3. Sindicalização

A Sindicalização é considerada a tarefa mais nobre e a primeira pedra na fundação, manutenção e fortalecimento de um Sindicato. O ato de sindicalizar traduz a vontade de um trabalhador partilhar com outros da mesma área de atividade as mesmas preocupações e os mesmos interesses. Traduz, ainda, a manifestação de ser solidário.

Durante o ano de 2013, decorreu uma campanha de sindicalização baseada no conceito *member get member*, que terminou em agosto com um resultado de mais 200 sócios.

Perante os resultados das campanhas anteriores, o Pelouro da Sindicalização decidiu promover nova campanha de sindicalização em 2014. Esta campanha terá como suporte o trabalho especializado efetuado por profissionais na área de marketing.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

A crise mundial continua a ter consequências devastadoras para os trabalhadores, provocando uma mudança de paradigma nas relações industriais dos países desenvolvidos, o que exige às organizações sindicais uma reflexão muito séria sobre a forma de reconquistar a confiança dos trabalhadores e travar o movimento de queda de associados.

Numa sociedade cada vez mais mediatizada, a comunicação é a melhor forma de transmitir a mensagem sindical e responder à imagem deturpada que é transmitida à opinião pública.

Consciente desse desígnio e das alterações profundas no acesso à informação, o SBSI prossegue o objetivo nunca acabado de prestar aos associados uma informação cada vez melhor e de acesso mais fácil e eficaz, multiplicando os meios para chegar aos sócios.

A informação do Sindicato aos seus associados processa-se fundamentalmente através das revistas “O Bancário” e “Febase” e do sítio na Internet.

■ REVISTAS “O BANCÁRIO” E FEBASE

As revistas “O Bancário” e “Febase” têm periodicidade mensal, intercalando as edições quinzenalmente, desde março de 2010. Ambas são distribuídas gratuitamente aos sócios por correio ou via e-mail (PDF), estando ainda disponíveis online no portal do SBSI.

Com objetivos diferentes, as revistas são complementares. “O Bancário” é distribuído apenas aos sócios do SBSI e por isso dedicado essencialmente às atividades desenvolvidas pelo Sindicato, nomeadamente no que se refere aos SAMS, tempos livres ou formação.

Merecem igualmente destaque as iniciativas das Comissões – GRAM, Juventude e Quadros e Técnicos – difundidas em páginas próprias.

Em 2013, foram criadas novas rubricas, como a de “Talento à Prova”, página dedicada à publicação de contos, poemas e desenhos dos sócios, e “O Livro do Mês”, em que é feita referência a uma obra de interesse para os trabalhadores.

Já a “Febase”, revista dirigida a todos os associados dos sindicatos que integram a Federação do Setor Financeiro, privilegia os temas comuns ao setor, especialmente os de âmbito sindical, como a contratação coletiva.

Em 2013 os conteúdos da revista refletiram as principais preocupações dos bancários, relatando os conflitos no setor e dando conta do trabalho sindical desenvolvido.

Entre os assuntos de maior relevância destaque-se a reestruturação de algumas instituições de crédito – nomeadamente o BCP – através de rescisões por mútuo acordo e reformas antecipadas. O desemprego de trabalhadores bancários atingiu uma dimensão jamais vista, a que não será alheia a reorganização da banca, cujo principal objetivo foi a redução de custos.

O acompanhamento permanente do processo negocial de revisão global do ACT e a denúncia da intransigência das entidades patronais, responsável pelo impasse a que se chegou neste domínio, marcou também o ano informativo.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

O Orçamento do Estado para 2013 e as suas consequências no nível de vida dos portugueses, e em particular dos bancários, esteve presente nas páginas da “Febase”, onde foram denunciados os cortes salariais que atingiram trabalhadores e reformados das empresas e institutos com capitais públicos, como a CGD, o Banco de Portugal ou o IFAP.

Também as iniciativas e ações desencadeadas pelas organizações em que os sindicatos estão filiados, como a UGT e a UNI, tiveram expressão na revista, entre as quais merece referência a greve geral de 27 de junho.

Prosseguindo o objetivo de informar os sócios e de contribuir com elementos válidos para a reflexão e interpretação da realidade, a revista “Febase” iniciou em 2013 numa nova rubrica, intitulada “Visto de Fora”, na qual publica artigos de reputados especialistas e académicos com trabalho desenvolvido nas áreas das relações laborais, sindicalismo ou economia. Participaram nomes como os sociólogos Elísio Estanque e Augusto Hermes Costa ou o politólogo André Freire.

Ao longo do último ano manteve-se a preocupação e o empenhamento no enriquecimento das revistas, ao nível dos conteúdos, procurando diversificar os temas e os ângulos de abordagem sem perder a perspetiva crítica que se impõe numa revista de carácter sindical. Esse esforço foi particularmente visível nos dossiês temáticos, cuja amplitude do foco se estendeu da sustentabilidade da Segurança Social às das implicações do Orçamento do Estado.

■ NOVOS PORTAIS DO SBSI / SAMS

A comunicação, quer a nível técnico quer de conteúdos, está em evolução permanente e o SBSI não poderia alhear-se desta realidade.

Uma nova plataforma foi inaugurada em 2013, disponibilizando uma ferramenta mais amigável dos utilizadores, mais interativa e com uma imagem mais moderna. O acesso ao portal do SBSI ficou disponível em maio e o do SAMS em novembro.

Dividido em três grandes áreas – Atividade Sindical, SAMS e Ligue-se @ nós – o sítio coloca aos dispor dos sócios um conjunto de funcionalidades que visam um contacto mais cómodo e fácil com os serviços do SBSI, dos eventos em cada Secção Sindical à marcação de consultas ou ao consultório jurídico.

Na plataforma, os associados encontram disponível toda a informação da atividade sindical do SBSI, da negociação coletiva às reuniões com trabalhadores, à formação e às iniciativas das Comissões e dos Tempos Livres.

Além de textos com a atualidade, qualidade e rigor informativo que sempre foram a marca noticiosa distintiva do SBSI, o novo sítio traz a novidade do recurso a suportes áudio e vídeo.

Novidade relativamente ao anterior portal é também a “galeria de imagens”, onde estão acessíveis fotografias de atividades desenvolvidas, dando continuidade às páginas das revistas “O Bancário” e “Febase”. São ainda disponibilizados dados sobre as convenções coletivas em vigor, o Parque de Campismo, o Centro de Férias e outros.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

A nova plataforma deu um novo incremento ao sítio do SBSI, como se pode constatar pelos números: de 13 de maio, data de inauguração, até ao final do ano tinha já registado mais acessos (274.018) e uma média diária (1.176) superior a todo o ano de 2012.

Ligue-se @ nós

Com o objetivo de privilegiar o contacto direto com os seus associados, o Sindicato continua a dinamizar a campanha “Ligue-se@nós”, ora integrada (com este mesmo título) no novo Portal SBSI. Em “Ligue-se@nós”, os associados podem, com facilidade, alterar diretamente os seus contactos e, ainda, solicitar a atualização de outros dados pessoais.

A atualização de e-mail atingiu, no final de 2013, o registo de 17.145 sócios contactáveis por este meio. E através de e-mail, o SBSI envia aos sócios os comunicados sobre o que se passa no seu banco, alerta para novas notícias inseridas no sítio do Sindicato e divulga uma série de informação de interesse, nomeadamente nas áreas da Contratação Coletiva, Formação, GRAM ou Tempos Livres.

O Sindicato prosseguirá o objetivo de alargar o tipo de serviço prestado por esta via, de que é já exemplo o envio de extratos do Fundo de Auxílio Económico (FAE).

■ REVISTA “TEMPOS LIVRES”

Esta revista constitui um relatório completo da oferta do SBSI em termos de actividades de lazer, acolhendo a programação e toda a informação necessária sobre os serviços prestados.

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UGT – UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

No âmbito da UGT, salientam-se as seguintes iniciativas:

- A organização da manifestação do 1.º de maio teve a colaboração ativa do Sindicato, traduzida, também, na participação de milhares de bancários no desfile realizado entre o Marquês de Pombal e Restauradores;
- Os representantes eleitos e designados para os órgãos da UGT colaboraram, ativamente nas ações e iniciativas desenvolvidas pela Central, nomeadamente no congresso, conselho geral e reuniões do secretariado nacional, que visaram o fortalecimento e dinamização das reivindicações do movimento sindical;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UGT – UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

- A greve geral, promovida pelas Centrais Sindicais contra as medidas antissociais desencadeadas pelo Governo, teve igualmente a colaboração do Sindicato;
- Participação nas reuniões e nas atividades da Comissão de Juventude da UGT, incluindo a eleição de um elemento do Sindicato para vice-presidente da Comissão de Juventude da UGT, no Secretariado Nacional;
- Participação nas comemorações do 35º aniversário da UGT;
- A coordenadora do GRAM foi eleita para o secretariado da Comissão de Mulheres da UGT e o SBSI está representado no plenário com seis mulheres;
- O SBSI participou igualmente na assembleia geral da escola Agostinho Roseta, tendo sido eleitos dois dos seus elementos para os corpos gerentes da referida escola;
- O SBSI participou na comemoração do dia nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, na Assembleia da República, onde foi apresentado um relatório anual pela Autoridade das Condições de Trabalho (ACT).

O SBSI defendeu, junto da UGT e através desta, que os Subsídios de Férias e de Natal deveriam ser pagos nos meses previstos nos I.R.C.T., ou seja, o subsídio de férias em janeiro para a generalidade dos trabalhadores (em abril para os restantes) e o de Natal conjuntamente com o vencimento de novembro. As exceções teriam lugar apenas a pedido dos trabalhadores. A posição defendida acabaria por vingar e a banca cumpriu as datas habituais, exceto nas empresas do setor empresarial do estado.

■ NO ÂMBITO DA UNI – UNION NETWORK INTERNATIONAL

O Sindicato, no ano de 2013, manteve a sua intervenção nas comissões e reuniões da comissão de juventude, comissão de quadros e UNI-Europa Finanças, realizadas no âmbito da UNI e UNI-Europa tendo participado, também, nas seguintes ações:

- Eleição de um elemento do Sindicato, já vice-presidente da Comissão de Juventude da UGT, para vice-presidente da UNI Europa Juventude, no Congresso de Albufeira;
- Participação na *summer school*, que decorreu em Albufeira, em junho;
- Reuniões sobre o Diálogo Social do Setor Bancário, patrocinadas pela UE;
- Reuniões relacionadas com o funcionamento e âmbito da Autoridade Bancária Europeia, também patrocinadas pela UE;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UNI – UNION NETWORK INTERNATIONAL

- Reunião realizada pela UNI-Finanças, visando a sua expansão e influência nos países do Extremo Oriente;
- Cimeira dos Sindicatos do Setor Bancário da Península Ibérica, em Salamanca, para análise e resposta sindical às consequências da crise social que afeta Portugal e Espanha;
- Conferência da UNI-Europa Juventude em Albufeira, onde foram debatidos os problemas dos jovens, nomeadamente a precariedade laboral e o desemprego, resultado da crise que afeta vários países da Europa;
- Reunião, em Lisboa, para denúncia das consequências da austeridade imposta aos países atingidos pela crise financeira e orçamental, com participação de representantes dos Sindicatos de Portugal, Espanha, Chipre, Grécia, Irlanda, Itália e Malta;
- Conferência da UNI, em Atenas;
- Reunião da UNIMed, estrutura mediterrânica da UNI, onde foi aprovada uma proposta de um pacto social europeu para um setor financeiro sustentável. Nesta reunião, o presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas foi eleito presidente da referida estrutura.

Participação na Unicommunication

A exemplo de anos anteriores, em 2013 o SBSI esteve presente no Fórum de Comunicadores da UNI.

O Fórum, cuja sétima edição se realizou em Malta no final de maio, teve por objetivo colocar jornalistas sindicais de todo o mundo a debater entre si e com os responsáveis da UNI as melhores práticas de difusão de informação, com o objetivo de fazer chegar a mensagem sindical aos trabalhadores e à população em geral.

Ao longo dos anos têm sido analisadas as novas formas de comunicação – ao nível dos meios e dos conteúdos – de forma a dotar os sindicatos das ferramentas necessárias para que a mensagem emitida seja eficaz.

■ NO ÂMBITO DE OUTRAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO

- Reuniões semestrais do grupo de trabalho da TUAC (que integra o presidente da Direção do SBSI) com a OCDE, para análise da evolução dos PPP's (Planos Privados de Pensões);
- Reunião de uma delegação da UGT, integrando o Presidente do SBSI, com representantes do FMI e do Banco Mundial, sob o patrocínio da CSI, onde foram analisados e discutidos os problemas do Setor Bancário e as suas implicações sociais.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.1. Centro de Férias e Formação

O número de dormidas, em 2013, foi inferior a 2012. A taxa de ocupação anual, que resulta do potencial calculado a partir do quarto duplo, também baixou em termos homólogos, passando de 45,8%, em 2012, para 36,8%, no exercício findo.

PERÍODO	2013		2012	2011	Variação	
	Nº	Ocupação (%)	Nº	Nº	13/12	12/11
1º trim	1.173	18%	1.710	1.162	-31%	47%
2º trim	2.173	35%	3.044	2.465	-29%	23%
3º trim	4.019	58%	4.337	3.730	-7%	16%
4º trim	1.243	22%	1.618	1.182	-23%	37%
TOTAL	8.608	37%	10.709	8.539	-20%	25%

Em todos os trimestres de 2013, contrariamente ao sucedido em 2012, o número de utentes a utilizar o Centro de Férias e Formação diminuiu como se pode verificar no quadro. A maiores variações foram sentidas no 1º e 2º trimestre, onde se registaram decréscimos de 31% e 29%, respetivamente, em relação ao ano anterior.

Durante o ano, realizaram-se no Centro de Férias várias acções organizadas pelo Sindicato, de que salientamos os cursos de formação.

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O número de utentes do Parque de Campismo, em 2013, relativamente ao ano anterior, diminuiu em cerca de 6%, dando continuação ao decréscimo também registado de 2011 para 2012. A crise que se vive, um pouco por toda a União Europeia, há já alguns anos, é a principal razão para esta situação menos favorável do Parque.

PAÍS DE ORIGEM					2013		2012	2011	Variação	
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	Total	(%)	Total	Total	13/12	12/11
Portugal	676	1.850	6.463	687	9.676	39%	10.712	12.850	-10%	-17%
Alemanha	534	553	506	395	1.988	8%	1.846	1.645	8%	12%
Bélgica	218	126	216	230	790	3%	785	625	1%	26%
Espanha	79	387	2.125	228	2.819	11%	3.187	4.269	-12%	-25%
França	776	697	1.190	570	3.233	13%	3.155	3.485	2%	-9%
Holanda	359	368	227	256	1.210	5%	1.316	1.196	-8%	10%
Noruega	319	43	20	135	517	2%	625	808	-17%	-23%
Inglaterra	920	601	410	742	2.673	11%	2.743	2.943	-3%	-7%
Suécia	265	54	24	186	529	2%	508	510	4%	0%
Outros	300	317	647	261	1.525	6%	1.572	1.805	-3%	-13%
TOTAL	4.446	4.996	11.828	3.690	24.960	100%	26.449	30.136	-6%	-12%
% do total anual	18%	20%	47%	15%	100%		100%	114%		

Os portugueses continuaram a ser os principais frequentadores do Parque, com 39% do total das entradas, notando-se também aqui uma ligeira queda. Dos estrangeiros, o principal cliente foi a França, seguido de Espanha e Inglaterra, que estiveram em pé de igualdade percentual.

O 3º trimestre foi o período de maior densidade de ocupação, com uma concentração próxima de 50% do total anual. Entre os estrangeiros, salvo Espanha e França, a distribuição dos utentes ao longo do ano mostra que, em média, a procura é mais forte na época baixa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O tempo de permanência no Parque é muito variável entre os campistas, consoante o país de origem. Os utentes provenientes do norte da Europa registaram as estadas mais prolongadas, que foram superiores a 10 dias por pessoa.

PAÍS DE ORIGEM	2013	2012	2011	Variação	
	Total	Total	Total	12/11	11/10
Portugal	6,8	6,3	6,1	7%	4%
Alemanha	6,5	6,7	6,8	-3%	0%
Bélgica	8,6	8,8	8,9	-2%	-1%
Espanha	2,6	2,6	3,0	-1%	-11%
França	5,9	5,2	4,8	15%	8%
Holanda	7,2	7,1	6,9	0%	4%
Noruega	10,7	10,3	11,1	4%	-7%
Inglaterra	9,7	10,0	10,6	-3%	-6%
Suécia	11,6	11,5	11,1	1%	4%
Outros	4,5	4,3	4,4	5%	-2%
TOTAL	6,6	6,3	6,2	4%	3%

Apesar da diminuição do número de utentes, houve um ligeiro aumento da taxa média de permanência para 6,6 dias. Quanto ao número de dormidas, o decréscimo também é evidente em 2013, com uma quebra de 2%.

PAÍS DE ORIGEM	2013		2012	2011	Variação	
	Total	(%)	Total	Total	13/12	12/11
Portugal	65.596	40%	67.789	78.273	-3%	-13%
Alemanha	13.002	8%	12.456	11.131	4%	12%
Bélgica	6.825	4%	6.916	5.553	-1%	25%
Espanha	7.382	4%	8.423	12.728	-12%	-34%
França	19.180	12%	16.338	16.719	17%	-2%
Holanda	8.670	5%	9.406	8.208	-8%	15%
Noruega	5.534	3%	6.434	8.942	-14%	-28%
Inglaterra	25.894	16%	27.486	31.294	-6%	-12%
Suécia	6.161	4%	5.861	5.649	5%	4%
Outros	6.890	4%	6.772	7.963	2%	-15%
TOTAL	165.134	100%	167.881	186.460	-2%	-10%
% do total anual	100,0%					

A promoção do Parque de Campismo, no país e no estrangeiro, concretizou-se através dos canais habituais. Privilegiou-se a imprensa da especialidade, os roteiros campistas e a via eletrónica. Dado o elevado potencial do mercado britânico, mantém-se, desde há alguns anos, um protocolo com um Clube de Campismo daquele país.

A divulgação fez-se também através da presença do Sindicato nos mais importantes eventos de interesse turístico, a nível interno. Em 2013, esteve representado, em colaboração com o Roteiro Campista, na Nauticampo – no Parque de Exposições, da FIL, em Lisboa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

Este ponto abrange os serviços que o SBSI proporciona aos seus associados, relacionados com férias e lazer, designadamente viagens e aluguer de apartamentos.

■ PASSEIOS TURÍSTICOS

Em 2013, foram organizados 12 programas de viagens, tendo como destino vários locais de Portugal e do estrangeiro. Participaram 556 sócios e seus familiares nestas iniciativas, notando-se uma grande diminuição de participantes, em relação ao ano passado.

Os reformados salientaram-se, ocorrendo em grande número, às iniciativas da Secção que os representa.

ÓRGÃO DA ESTRUTURA	2013	2012	2011	Variação	
	Nº	Nº	Nº	13/12	12/11
Dep. Tempos Livres	205	295	370	-31%	-20%
GRAM	22	306	331	-93%	-8%
Secção S. Reformados	329	493	516	-33%	-4%
Comissão de Juventude	-	46	100	-	-54%
Total	556	1.140	1.317	-51%	-13%

■ ALUGUER DE APARTAMENTOS

O conjunto das opções oferecidas, em 2013, totalizando 27 apartamentos, sofreu uma quebra de 44% em relação ao período anterior. A época alta foi a mais procurada, atingindo-se elevados índices de ocupação nos meses tradicionais de férias.

APARTAMENTOS	2013		2012		2011		Variação			
	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	13/12		12/11	
Guadiana	5	343	5	364	5	405	-	-6%	-	-10%
Calema	4	321	5	404	5	479	-20%	-21%	-	-16%
Lota Real	6	372	5	310	5	433	20%	20%	-	-28%
Alagoa Mar I	3	200	4	199	4	282	-25%	1%	-	-29%
Alturamar	3	158	3	202	6	190	-	-22%	-50%	6%
Pedras d'El-Rey	-	-	4	216	4	231	-	-	-	-6%
Pedras da Rainha	-	-	2	98	4	185	-	-	-50%	-47%
Cabanas Park	1	80	4	216	4	308	-75%	-63%	-	-30%
Q ^{ta} . Pedra dos Bicos	-	-	4	272	4	314	-	-	-	-13%
Oceano Atlântico	-	-	3	88	3	112	-	-	-	-21%
Ocean Terrace	2	155	4	274	5	400	-50%	-43%	-20%	-32%
Canavial	-	-	2	57	2	91	-	-	-	-37%
Urb. Mar Poniente	3	75	3	140	3	164	0%	-46%	-	-15%
TOTAL	27	1.704	48	2.840	54	3.594	-44%	-40%	-11%	-21%

Foram emitidos, em 2013, 447 *vouchers*, ou seja quase metade dos 768 *vouchers* emitidos em 2012, correspondendo a uma ocupação total de 1.704 pessoas, número muito inferior às 2.840 pessoas registadas em 2012. Cada apartamento hospedou, em média, cerca de 63 pessoas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

O Sindicato proporcionou ainda aos seus sócios e familiares, a possibilidade de usufruírem do alojamento em estabelecimentos hoteleiros, a preços reduzidos, em resultado dos acordos estabelecidos para a concessão de descontos. Em 2013, os protocolos contemplavam mais de meia centena de unidades hoteleiras, variando os descontos entre 15% e 40%.

2.2.4. Colónias de Férias

Efectuou-se, em 2013 (29 de junho a 13 de julho), uma Colónia de Férias dedicada aos filhos dos sócios do SBSI, na Aldeia de Atalaia, concelho de Proença-a-Nova, envolvendo 27 crianças e jovens dos 7 aos 17 anos, em contexto de turismo rural, servido por praias fluviais. A organização esteve a cargo da Associação Jovens Seguros do STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora.



O SBSI levou ainda a efeito, num colégio tradicional, situado em Inglaterra, um curso de Verão destinado aos filhos dos sócios, que teve a participação de 28 jovens com idades entre os 12 e os 17 anos. A ação decorreu entre 15 e 29 de julho e reuniu jovens de vários países, proporcionando aos participantes convívio, enriquecimento cultural e o aperfeiçoamento da língua inglesa.

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ BIBLIOTECA

A Biblioteca do Sindicato oferece um acervo diversificado de livros, periódicos, DVD e CD, material que se encontra distribuído atualmente por três salas, além do espaço em que está a funcionar.

O trabalho de registo das obras continuou a ser feito em 2013, e no final do ano estavam inseridos no livro de registos da Biblioteca 10.985 volumes e catalogaram-se mais 55 obras. Ainda no decorrer deste ano o acervo aumentou em 32 obras, na sua maioria oferecidas por sócios e outras que resultam de ofertas com origem nos jornais diários adquiridos através da Biblioteca. Neste total já estão incluídos DVD e CD.

A requisição de obras diminuiu em 2013, seguindo a trajetória dos últimos anos.

Mais uma vez as obras e registos documentais da nossa Biblioteca serviram de instrumento de trabalho e informação, fornecendo material histórico para a composição de um trabalho jornalístico sobre o sindicato e suas lutas.

Num universo de 450 sócios inscritos no Clube dos Cibernautas, registou-se, tal como no ano transato, uma frequência média diária de 3/4 sócios, o que significa cerca de 210 utilizadores/ano.

O serviço mais procurado pelos sócios continuou a ser a leitura dos jornais diários, que em 2013 teve um ligeiro aumento. Existe um número de sócios reformados que integraram nos seus hábitos de vida quotidiana a leitura dos jornais na Biblioteca.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

Da atividade desenvolvida em 2013 destacam-se os cursos de valorização artística, formação temática e formação para a juventude.

■ CURSOS DE VALORIZAÇÃO ARTÍSTICA E PESSOAL

Como vem sendo habitual ao longo das últimas duas décadas, o GRAM proporcionou aos sócios e seus familiares a oportunidade de frequentarem cursos de valorização artística e pessoal. Com um amplo leque de escolhas, pretende-se atingir o maior número possível das preferências dos associados.

Em 2013 realizaram-se 43 ações, as quais foram frequentadas por 214 formandos, sendo o número de participantes inferior aos anos anteriores. Os cursos decorreram na sede do Sindicato e o de fotografia nas instalações da Associação Portuguesa de Arte Fotográfica.

CURSOS	2013	2012	2011	Variação	
	Nº	Nº	Nº	13/12	12/11
Arraiolos	2	6	9	-67%	-33%
Artes decorativas	-	2	5	-	-60%
Bordado de Castelo Branco	7	9	13	-22%	-31%
Bordados tradicionais	3	6	11	-50%	-45%
Cerâmica artística	5	4	4	25%	0%
Chi Kung	9	31	-	-71%	-
Costura	3	-	-	-	-
Danças de salão	-	19	9	-	111%
Defesa Pessoal	-	49	-	-	-
Desenho	11	8	8	38%	0%
Ed. e Montagem de video	9	-	-	-	-
Encadernação	19	21	16	-10%	31%
Fotografia	2	6	6	-67%	0%
Fotografia Digital	4	26	-	-85%	-
Fusing	-	3	-	-	-
Inglês (de bolso)	-	55	-	-	-
Inglês (por módulos)	7	-	-	-	-
Krav Magna	-	22	-	-	-
Paisagem	8	5	11	60%	-55%
Pintura em azulejos	11	11	12	0%	-8%
Pintura em porcelana	3	5	8	-40%	-38%
Pilates/Zumba	34	-	-	-	-
Reciclagem	2	-	-	-	-
Registos	9	9	7	0%	29%
Restauro em madeira	10	14	20	-29%	-30%
Restauro em louça	22	25	22	-12%	14%
Técnicas de pintura	29	31	78	-6%	-60%
Vitral	5	7	-	-29%	-
Total	214	374	239	-43%	56%

Em 2013, foram lançados os cursos de Inglês por módulos, Pilates, Zumba, Costura, Fotografia Digital, Reciclagem e Edição de vídeo, correspondendo aos pedidos dos sócios na habitual reunião de início dos cursos.

No âmbito destes cursos, realizou-se a exposição anual de trabalhos nas instalações do Palacete. Estiveram patentes ao público exposições temáticas, nas instalações do Centro Clínico da Fialho de Almeida.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ OUTRAS AÇÕES

- Conferência sobre franchising, realizada em parceria com a Associação Portuguesa de Franchise, com a presença e participação de cerca de 150 pessoas, destinada a abrir novos horizontes e perspetivas aos ex-sócios do Sindicato, em situação de desemprego.
- Ações sobre Método de Estudo - primeira iniciativa realizada no Sindicato - dedicada à educação, destinada a pais e filhos em idade escolar, que registaram a presença de cerca de duas centenas de pessoas.
Esta ações, ministradas pelo professor universitário Jorge Rio Cardoso, tiveram como objetivo o apoio, método e motivação ao estudo com vista à obtenção de bons resultados e êxito escolar.

Em 2013, a Comissão de Juventude, juntamente com os Tempos Livres, levaram a cabo várias atividades:

ATIVIDADES	2013	2012	2011	Variação	
	Nº	Nº	Nº	13/12	12/11
Passagem de Ano	394	0	0	-	-
Santos Populares	258	0	0	-	-
Dia Internacional da Criança	83	40	0	>100%	-
Festa de Carnaval	75	57	94	32%	-39%
Filhos do Coração	89	0	0	-	-
Encontro Jovens Bancários	112	91	0	23%	-
Núcleos de Empresa	120	13	0	>100%	-
Academias	0	11	27	-100%	-59%
Suporte Básico de Vida	0	6	0	-100%	-
Total	1.131	218	121	>100%	80%

- Em conjunto com o GRAM e os Tempos Livres, realizou-se a festa de Carnaval, que juntou cerca de uma centena de participantes, e o Dia Internacional da Criança, em que participaram cerca de uma centena de crianças;
- Em conjunto com os Tempos Livres, realizou-se a Festa de Passagem de Ano, em que marcaram presença cerca de 400 pessoas e a Festa dos Santos Populares, com cerca de 250 participantes.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ OUTRAS ATIVIDADES

A nível do SBSI, a Comissão de Juventude desenvolveu atividades como as seguintes:

- Realização do encontro de jovens bancários, em Albufeira, com a participação de cerca de 130 sócios, tendo sido debatidos temas sobre “Empreendedorismo e Inovação”;
- Reuniões trimestrais de núcleos, com a participação de cerca de três dezenas de jovens em cada uma, onde foram debatidos temas sobre a atualidade e problemáticas laborais.

O GRAM promoveu, ainda, entre outras iniciativas, as seguintes atividades:

- Comemoração do Dia Internacional da Mulher, com uma visita cultural à vila de Alenquer, sob o tema “Crise não é sinónimo de retrocesso”, proporcionando uma reflexão sobre as conquistas alcançadas na igualdade de género e a necessidade de defender os direitos adquiridos;
- Workshops: ‘Decoração de bolos’ e de ‘Arte de reciclar o lixo (contributo sindical para um ambiente verde)’;
- Tertúlia, sobre ‘Cesário Verde e a Mulher’, em conjunto com a Sociedade de Língua Portuguesa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.6. Atividades Desportivas

Como é tradicional, o desporto ocupou um lugar de relevo no plano de atividades do Sindicato. O futsal, o tiro, a pesca e outras modalidades ligadas ao mar, foram as que mais se destacaram. Em 2013, o SBSI organizou provas em 15 modalidades, às quais concorreram 1.335 atletas.

A organização das provas, de âmbito nacional, pertenceu, conjuntamente, aos três sindicatos verticais. No SBSI, essa missão coube ao Pelouro dos Tempos Livres, realçando-se a colaboração prestada pela Secção Regional de Setúbal na organização do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar (CIPAM).

MODALIDADES DESPORTIVAS	2013		2012	2011	Variação	
	Nº	%	Nº	Nº	13/12	12/11
Torneio de Ténis	77	6%	73	89	5%	-18%
Futsal (TNIFS)	450	34%	457	572	-2%	-20%
Futsal (TNIFS-Vet.)	180	13%	185	0	-3%	-
Golfe	30	2%	35	38	-14%	-8%
Tiro	130	10%	138	135	-6%	2%
Karting	38	3%	53	55	-28%	-4%
Xadrez	32	2%	30	29	7%	3%
Pesca de mar	66	5%	103	62	-36%	66%
Pesca de rio	93	7%	125	96	-26%	30%
Bow ling	47	4%	44	46	7%	-4%
Torneio Bow ling de Outono	35	3%	0	0	-	-
Snooker	49	4%	58	63	-16%	-8%
King	27	2%	34	48	-21%	-29%
Squash	20	1%	24	23	-17%	4%
Surfcasting	61	5%	84	70	-27%	20%
TOTAL	1.335	100%	1.443	1.326	-7%	9%

O futsal continuou a ser a modalidade com maior participação, representando 44% do total.

Para além das provas representadas no quadro, realizaram-se outras iniciativas de âmbito mais restrito:

- Jogos de sala e convívios piscatórios na Secção Regional de Tomar;
- Ginástica de manutenção e golfe, na Secção Regional de Angra do Heroísmo;
- Jogos de sala nas Seções Sindicais Regionais dos Açores;
- Futebol, yoga, squash e jogos de sala, na Secção Regional Castelo Branco;
- Jogos de sala e futsal, na Secção Regional de Setúbal;
- Convívios piscatórios, na Secção Regional de Santarém;
- Futebol, karting, kitsurf, bowling, golfe e jogos de sala, na Secção Regional de Portimão.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

O campo de ação dos Serviços Jurídicos do Sindicato caracteriza-se pelo apoio aos sócios em questões laborais, assessoria à Direção e na assistência especializada aos restantes órgãos e estruturas do SBSI.

APOIO JURÍDICO	2013	2012	2011	Variação	
	Nº	Nº	Nº	13/12	12/11
CONTENCIOSO	974	976	689	0%	42%
Entrevistas concedidas a sócios	915	930	637	-2%	46%
Respostas a notas de culpa	59	46	52	28%	-12%
PRÉ-CONTENCIOSO	5.000	5.000	3.000	0%	67%
Pessoais ⁽¹⁾	2.000	2.000	2.000	0%	0%
Telefónicas ⁽¹⁾	3.000	3.000	1.000	0%	200%
INFORMAÇÕES ESCRITAS	821	985	823	-17%	20%
Sócios e Instituições	130	200	103	-35%	94%
Informações por mail/fax	691	785	720	-12%	9%
PROCESSOS EM TRIBUNAL	60	158	194	-62%	-19%

⁽¹⁾ Valores estimados

De salientar que foram colocadas aos Serviços Jurídicos questões de elevada complexidade, nomeadamente as relacionadas com o afastamento do ACT para os trabalhadores e reformados do ex-IFADAP, a integração de bancários no Regime Geral da Segurança Social (ex-IFADAP e PARVALOREM) e a Lei do Orçamento do Estado de 2013 e suas implicações salariais para os trabalhadores e reformados. Dado que são matérias transversais aos sócios dos Sindicatos dos Bancários que integram a FEBASE, têm sido intentadas ações judiciais pelos três Sindicatos, no âmbito de uma atuação delineada em conjunto.

A assistência jurídica aos associados foi, como é norma, prestada através de consultas individuais com os advogados, consultas presenciais, por escrito, pelo telefone, e, cada vez mais, por e-mail; elaboração de respostas a notas de culpa, consulta de processos individuais e disciplinares e acompanhamento de diligências probatórias, bem como reuniões com bancos e advogados e, quando necessário, reuniões coletivas com grupos de associados. O número e a relevância das consultas aos associados, que, no geral, sempre têm expressado a sua satisfação pela intervenção dos Serviços Jurídicos, manteve, em 2013, o ritmo de procura que se vinha registando. Realce-se a complexidade crescente das questões, em face das alterações do Código do Trabalho e dos vários instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, com matérias cada vez mais específicas e técnicas (abrangendo também matéria relativa à Segurança Social e fundos de pensões). A assistência em processos judiciais incluiu a elaboração de todas as peças processuais, reuniões com o associado e deslocações ao tribunal para as necessárias diligências.

De referir ainda que os Serviços Jurídicos emitiram vários pareceres, a pedido do SBSI, relativamente às diversas áreas de intervenção do Sindicato, bem como relativamente à sua própria organização e funcionamento e, também, quanto a projetos de legislação laboral.

Também ao SAMS e à USP foi prestada assistência jurídica (essencialmente sobre a forma de pareceres) nas diversas questões que se colocaram nas áreas das suas atribuições, incluindo contratos, escrituras e registos.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.4. FORMAÇÃO

A aposta do SBSI na valorização profissional e pessoal dos associados e associadas revelou-se em 2013 mais uma vez bem-sucedida.

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	AÇÕES			Variação		FORMANDOS			Variação	
	2013	2012	2011	13/12	12/11	2013	2012	2011	13/12	12/11
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	20	13	17	54%	-24%	359	275	398	31%	-31%
A Gestão do Risco na Acção Comercial	-	1	3	-	-67%	-	20	66	-	-70%
Gestão de Equipas	-	4	3	-	33%	-	84	92	-	-9%
Liderar e Motivar equipas	7	-	-	-	-	139	-	-	-	-
Técnica Bancária	-	1	3	-	-67%	-	20	64	-	-69%
Gestão de Clientes	-	5	2	-	>100%	-	107	57	-	88%
Língua Inglesa	-	-	2	-	-	-	-	37	-	-
Língua espanhola	-	-	1	-	-	-	-	23	-	-
Curso Intensivo de Língua Espanhola	1	-	0	-	-	15	-	0	-	-
Fiscalidade	-	-	2	-	-	-	-	37	-	-
Contabilidade Bancária	-	-	1	-	-	-	-	22	-	-
Compliance	8	1	-	>100%	-	122	20	-	>100%	-
Branqueamento de Capitais	2	-	-	-	-	46	-	-	-	-
Sociedades Offshore	2	1	-	100%	-	37	24	-	54%	-
FORMAÇÃO SINDICAL	0	4	0	-100%	-	0	48	0	-100%	-
Seg. Higiene e Saúde no Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicação e Assertividade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementos da Estrutura	-	4	-	-	-	-	48	-	-	-
FORMAÇÃO REFORMADOS E FAMILIARES	18	9	10	100%	-10%	191	96	100	99%	-4%
Iniciação à informática	3	3	2	0%	50%	34	34	23	0%	48%
Photoshop	2	2	4	0%	-50%	23	19	42	21%	-55%
Word	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Power point	-	-	1	-	-	-	-	8	-	-
Excel	-	-	1	-	-	-	22	9	-	>100%
Iniciação à Internet	-	2	1	-	100%	-	21	10	-	>100%
Net Avançada	-	2	1	-	100%	-	-	8	-	-
Workshop de Iniciação à Fotografia	2	-	-	-	-	19	-	-	-	-
Fotografia: Torne-se Amador Avançado	2	-	-	-	-	16	-	-	-	-
Pós process. de fotografia em ligthroom	1	-	-	-	-	8	-	-	-	-
Fundamental da Internet	4	-	-	-	-	46	-	-	-	-
Redes Sociais e Blogosfera	2	-	-	-	-	23	-	-	-	-
Aplicações Office	2	-	-	-	-	22	-	-	-	-
TOTAL	38	26	27	46%	-4%	550	419	498	31%	-16%

No que concerne à formação profissional para ativos, além da manutenção dos cursos que já vinham sendo ministrados em 2012, introduziram-se três novas temáticas: “Branqueamento de Capitais”, “Liderar e motivar equipas” e “Curso Intensivo de Língua Espanhola”.

Realizaram-se várias ações de formação, que abrangeram cerca de 550 formandos, repartidos pelas seções de Empresa e Regionais. Procurou-se, assim, distribuir a oferta formativa de forma equilibrada. Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Horta, Ponta Delgada, Portimão e Tomar foram as Regionais contempladas.

Evidencia-se que das seis ações de “Liderar e motivar equipas”, todas realizadas em ambiente residencial, quatro tiveram lugar no Centro de Férias e Formação de Ferreira do Zêzere, permitindo, desse modo, não só contribuir para uma maior ocupação do mesmo como para dá-lo a conhecer aos associados.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES**2.4. FORMAÇÃO**

No domínio da valorização pessoal para sócios no ativo, organizaram-se diversos cursos de fotografia, extensivos, também, a sócios reformados. De referir, a este propósito, que na sequência destes cursos foi editado um livro, em formato digital, que reuniu diversos trabalhos fotográficos dos formandos.

No que respeita a ações para reformados, concretizaram-se 14, sendo duas delas destinadas a sócios da Secção Regional de Portimão. Nestas ações, direcionadas fundamentalmente para a informática, participaram 156 associados. Em relação ao ano anterior saliente-se a inclusão de novas áreas formativas como “Aplicações Office “ e “Redes Sociais e Blogosfera”.

O SBSI participou, também, nas diferentes reuniões do Conselho Pedagógico do Instituto de Formação Bancária.

Finalmente, merece particular destaque a renovação do Protocolo com a Universidade Católica de Lisboa, que permitiu aos sócios do SBSI a frequência de mais uma edição do Curso Avançado de Gestão para a Banca em condições mais favoráveis.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.5. LUTUOSA

A lutuosa do SBSI tem como objecto a concessão de subsídios de luto, pelo falecimento dos associados, no ano da sua morte, ou no seguinte, quando o número de óbitos, nesse ano, exceder o número de *chamadas de capital* estabelecido, à pessoa por eles designada, ou aos herdeiros na falta de qualquer indicação.

Em 2013, foram atribuídos subsídios, no montante global de 736 mil euros, aos respectivos beneficiários, correspondendo esse valor à média de 6,8 mil euros, por óbito.

MESES	SUBSÍDIO (em euros)						Contrib. por sócio	
	Valor Global	Valor Unitário			Variação		2013	
	2013	2013	2012	2011	13/12	12/11	Total	Óbito
Janeiro	62.258	6.918	7.111	7.326	-2,7%	-2,9%	10,47	1,16
Fevereiro	62.143	6.905	7.093	7.308	-2,7%	-2,9%	10,45	1,16
Março	61.918	6.880	7.069	7.285	-2,7%	-3,0%	10,41	1,16
Abril	61.808	6.868	7.055	7.291	-2,7%	-3,2%	10,39	1,15
Maiο	61.644	6.849	7.040	7.250	-2,7%	-2,9%	10,37	1,15
Junho	61.481	6.831	7.027	7.240	-2,8%	-2,9%	10,34	1,15
Julho	61.299	6.811	7.018	7.223	-3,0%	-2,8%	10,31	1,15
Agosto	61.124	6.792	7.009	7.207	-3,1%	-2,7%	10,28	1,14
Setembro	60.975	6.775	6.992	7.183	-3,1%	-2,7%	10,25	1,14
Outubro	60.584	6.732	6.974	7.176	-3,5%	-2,8%	10,19	1,13
Novembro	60.588	6.732	6.953	7.156	-3,2%	-2,8%	10,19	1,13
Dezembro	60.577	6.731	6.938	7.334	-3,0%	-5,4%	10,19	1,13
TOTAL / MÉDIA	736.398	6.818	7.023	7.248	-2,9%	-3,1%	123,84	13,76

Cada sócio da lutuosa contribuiu, em 2013, para as *chamadas de capital*, com um valor acumulado de 127 euros, equivalente a 1,17 euros por óbito.

DESCRIÇÃO	2013	2012	2011	Variação	
	Nº	Nº	Nº	13/12	12/11
Óbitos	130	119	140	9%	-15%
Óbitos com processamento	108	108	108	0%	0%
Inscrições	0	0	0	-	-
Sócios eliminados	24	26	15	-8%	73%
Inscrições acumuladas	9.891	9.894	9.895	0%	0%
Sócios com inscrição activa	5.805	5.959	6.104	-3%	-2%

Em 2013, registaram-se 130 óbitos, dos quais apenas 108 foram processados, e 24 cancelamentos de sócios. No mesmo período não se verificaram novas inscrições. No final do ano, existiam 5.805 sócios com inscrição activa, ou seja, menos 2,6% do que no ano anterior.

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

- 3.1. Gestão
- 3.2. Recursos Humanos
 - 3.2.1. Por tipo de pessoal
 - 3.2.2. Por Empresa
 - 3.2.3. Outros indicadores
- 3.3. Instalações

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. GESTÃO

■ Composição da Direção

Presidente

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso

Vice-Presidente

Fernando Horácio de Jesus Oliveira

Secretário

Paulo de Amaral Alexandre

Tesoureiro

João Nunes de Carvalho

Vogais

Manuel Joaquim Frasquilho Camacho

Rui Miguel Pinto Mouzinho

António José Real da Fonseca

João Gonçalo Barros Ferreira

Ana Paula Silva Viseu

José Maria Pastor de Oliveira

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves

Ana Catarina Soares Albergaria Moreira Lopes

■ Organização dos Pelouros

Relações Internacionais / CPLP	Rui Riso / Arménio Santos
Revista "O Bancário"	Rui Riso (<i>Diretor</i>); Horácio Oliveira (<i>Diretor-adjunto</i>); Rui Riso, Horácio Oliveira, Delmiro Carreira e Rui Santos Alves (Conselho editorial)
Contratação	Paulo Alexandre (<i>Coordenador</i>); Pastor Oliveira; António Fonseca; João Ferreira; Humberto Cabral; Catarina Albergaria; Horácio Oliveira
Assuntos jurídicos	Pastor Oliveira (<i>Coordenador</i>); Paulo Alexandre
Estrutura Sindical	Horácio Oliveira (<i>Coordenador</i>); Manuel Camacho
UGT, Comissão Hig. e Segurança, Cons.Europeus Empresa e outras organizações de trabalhadores	Paula Viseu (<i>Coordenadora</i>); Rui Mouzinho
Sindicalização	Rui Mouzinho(<i>Coordenador</i>); Manuel Camacho; João Ferreira; Humberto Cabral; Paula Viseu; ; Catarina Albergaria; Constança Sancho
Informação	António Fonseca (<i>Coordenador</i>); Constança Sancho
Formação	Rui Santos Alves (<i>Coordenador</i>) Fernando Martins; Arménio Santos
Tempos Livres	Manuel Camacho (<i>Coordenador</i>); João Carvalho, António Ramos
GRAM - Grupo de Ação de Mulheres	Paula Viseu (<i>Coordenadora</i>); Teresa Lourenço; Teresa Pereira
Comissão da Juventude	João Ferreira (<i>Coordenador</i>); Luís Roque; Vânia Ferreira
Comissão de Quadros e Técnicos	Rui Santos Alves (<i>Coordenador</i>); António Gouveia; Rui Mouzinho
Comissão de Gestão do Parque de Campismo e Centro de Férias	Fernando Martins; Vieira Nunes; José Carlos Pires

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.2.1. Por tipo de pessoal

No final de 2013, os serviços da Atividade Sindical empregavam 88 trabalhadores - menos três do que no ano anterior.

NATUREZA DAS FUNÇÕES	2013		2012	2011	Variação	
	Nº	(%)	Nº	Nº	13/12	12/11
Enquadramento	7	8%	11	9	-36%	22%
Específicas	4	5%	6	4	-33%	50%
Administrativas	33	38%	33	32	0%	3%
Auxiliares	44	50%	41	43	7%	-5%
TOTAL	88	100%	91	88	-3%	3%

Metade do quadro de pessoal corresponde a funções auxiliares, seguindo-se as funções administrativas, com 37,5%. O pessoal que desempenha funções específicas representa cerca de 4,5% do total.

3.2.2. Por empresa

Do conjunto de todas as empresas, consideradas individualmente, a Sede concentrava o maior número de trabalhadores, ou seja, 28,4% do total.

EMPRESAS E SERVIÇOS	2013		2012	2011	Variação	
	Nº	(%)	Nº	Nº	13/12	12/11
SEDE	25	28%	28	26	-11%	8%
<i>Serviços Ação Sindical</i>	11	13%	12	12	-8%	0%
<i>Serviços Jurídicos</i>	3	3%	5	3	-40%	67%
<i>Serviços C.S.R.T.Livres</i>	11	13%	11	11	0%	0%
SEÇÕES REGIONAIS	33	38%	32	32	3%	0%
CENTRO DE FÉRIAS	11	13%	11	11	0%	0%
PARQUE DE CAMPISMO	19	22%	20	19	-5%	5%
TOTAL	88	100%	91	88	-3%	3%

Mais de um terço do pessoal ao serviço da Atividade Sindical, no final de 2013, em número de 33, encontrava-se colocado no grupo de empresas das Seções Regionais.

Em relação ao ano anterior, a Sede e o Parque de Campismo registaram uma diminuição do quadro de pessoal, com 3 e 1 funcionários, respetivamente.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

O quadro seguinte mostra a divisão do pessoal por categorias profissionais e empresas e serviços, no final de 2013.

EMPRESAS E SERVIÇOS	NATUREZA DA FUNÇÃO			TOTAL
	Admin.	Auxiliares	Técnicos	
SEDE	14	6	5	25
<i>Serviços Ação Sindical</i>	6	3	2	11
<i>Serviços Jurídicos</i>	0	0	3	3
<i>Serviços C.S.R.T.Livres</i>	8	3	0	11
SEÇÕES REGIONAIS	20	13	0	33
CENTRO DE FÉRIAS	1	10	0	11
PARQUE DE CAMPISMO	4	15	0	19
TOTAL	39	44	5	88

No Centro de Férias e Formação e no Parque de Campismo e Caravanismo, a maior parte do pessoal exercia funções auxiliares (91% e 79%, respectivamente). Nestas empresas, em 2013, o pessoal administrativo tinha pouca expressão (5 trabalhadores, no total). As Seções Regionais apresentavam uma distribuição mais equilibrada entre categorias de natureza administrativa e auxiliar. Na Sede, prevaleciam as categorias profissionais de natureza administrativa, estando aqui concentrados todos os técnicos (5, no total).

3.2.3. Outros indicadores

O emprego na Atividade Sindical, no final de 2013, tinha as seguintes características:

- 95,5% dos trabalhadores eram efectivos;
- O trabalho a tempo completo representava 90,9% dos casos ;
- O género feminino correspondia quase a dois terços do total (62,5%);
- O ACT do setor bancário era o IRCT mais aplicado (52%).

INDICADORES	2013 Total	2012 Total	2011 Total
Efetivos (%)	95,5	96,7	100,0
A Tempo completo (%)	90,9	92,3	92,1
Género (%)			
<i>Homens</i>	37,5	40,7	37,5
<i>Mulheres</i>	62,5	59,3	62,5
Média (anos)			
<i>Idade</i>	50,2	50,1	47,8
<i>Antiguidade</i>	23,4	22,3	20,9
Movimentação (Nº)			
<i>Entradas</i>	11	22	17
<i>Saídas</i>	14	19	24
IRCT aplicável (Nº)	88	91	88
<i>ACT Setor bancário</i>	46	47	47
<i>Normas Reguladoras/CIT</i>	24	26	23
<i>AE</i>	18	18	18

Em relação ao ano anterior, a estrutura não sofreu alteração sensível. Registamos, apenas, que a média de idades e de antiguidade aumentou, situando-se no final de 2013 em 50,2 e 23,38 anos, respectivamente.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS**3.3. INSTALAÇÕES**

Para a realização dos seus objetivos, a Atividade Sindical utilizou as seguintes instalações, na maioria dos casos propriedade do SBSI:

**SBSI - Atividade Sindical**

Rua de S. José, 131 - 1169-046 LISBOA

**Centro de Férias e Formação**

Casal do Zote - Beco - 2240-208 FERREIRA DO ZÊZERE

**Parque de Campismo**

Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 OLHÃO

SECÇÕES
REGIONAIS

Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar, Torres Vedras.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 4.1. Enquadramento
- 4.2. Análise Económica
 - 4.2.1. Análise Global
 - 4.2.2. Análise por empresas
- 4.3. Análise Financeira

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. ENQUADRAMENTO

A crise económica e financeira que vem afetando o país e as medidas de austeridade aplicadas durante o ano, já referidas neste relatório, com as inevitáveis consequências em termos de contratação colectiva, e outras, influenciarem directamente as contas do exercício, com implicações ao nível das receitas arrecadadas.

A gestão do exercício teve ainda de se confrontar com uma situação preocupante, que se vem agravando, a cada ano que passa. É o caso da progressiva redução do nível de sindicalização, com impacto no equilíbrio económico e financeiro do SBSI. Neste momento as contas ainda são superavitárias, mas se não for encontrada rapidamente antídoto para o problema, que é transversal a todos os sindicatos, poderão ocorrer dificuldades no futuro.

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

O ano de 2013 gerou um resultado, antes de impostos, de 731 mil euros, superior ao alcançado no ano transato, por força da contenção de custos, ao nível administrativo e de toda a estrutura sindical.

CONTAS	2013		2012		2011		Variação
	Valor	(%)	Valor		Valor		
							13/12 12/11
GASTOS	9.124.194	100%	10.375.715		11.183.157		-12% -7%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	40.321	0%	39.163		74.457		3% -47%
Fornec. e Serv. Externos	4.515.071	49%	5.735.540		6.529.945		-21% -12%
Gastos com o Pessoal	2.915.582	32%	2.610.273		2.663.938		12% -2%
Gastos de Deprec. e Amort.	488.624	5%	489.590		516.596		0% -5%
Perdas por Imparidade	17.649	0%	7.630		5.592		>100% 36%
Perdas por Red. de Justo Valor	0	0%	0		50.253		- -100%
Provisões do Período	197.086	2%	551.037		90.389		-64% >100%
Outros Gastos e Perdas	864.861	9%	842.327		1.160.523		3% -27%
Gastos e Perdas de Financ.	85.001	1%	100.157		91.464		-15% 10%
RENDIMENTOS	9.855.530	100%	10.685.565		11.375.555		-8% -6%
Prestações de Serviços	1.732.520	18%	2.316.285		2.522.439		-25% -8%
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	7.444.741	76%	7.653.446		8.107.387		-3% -6%
Reversões	85.041	1%	15.483		0		>100% -
Outros Rendimentos e Ganhos	491.636	5%	559.236		609.502		-12% -8%
Juros e Outros Rend. Similares	101.592	1%	141.116		136.227		-28% 4%
Resultado antes de impostos	731.336	-	309.850		192.397		>100% 61%
Imposto Sobre o Rendimento	15.540	0%	0		2.476		- -100%
Resultado líquido do período	715.796		309.850		189.921		>100% 63%

O aumento do resultado foi originado, fundamentalmente, pela diminuição dos gastos, que assinalaram uma quebra de cerca 12%. No mesmo período os rendimentos também diminuíram.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS TOTAIS

Os gastos observaram, neste exercício, um movimento descendente, caindo 12%, em relação ao período transato. Foi atingido o valor global de 9,1 milhões de euros.

Este comportamento está relacionado, essencialmente com o desagrevamento, em 2013, dos FSE (-21%) e das provisões do período (-64%), em relação ao período anterior.



Por outro lado, observou-se, em 2013, um aumento dos gastos com pessoal (+12%), das Perdas por imparidade (superior a 100%) e dos Outros Gastos e Perdas (+3%).

CONTAS	2013		2012		2011		Variação	
	Valor		Valor		Valor		13/12	
		(%)					13/12	12/11
Gastos	9.124.194	100%	10.375.715	11.183.157			-12%	-7%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	40.321	0%	39.163	74.457			3%	-47%
Fornec. e Serv. Externos	4.515.071	49%	5.735.540	6.529.945			-21%	-12%
Gastos com o Pessoal	2.915.582	32%	2.610.273	2.663.938			12%	-2%
Gastos de Deprec. e Amort.	488.624	5%	489.590	516.596			0%	-5%
Perdas por Imparidade	17.649	0%	7.630	5.592			>100%	36%
Perdas por Red. de Justo Valor	0	0%	0	50.253			-	-100%
Provisões do Período	197.086	2%	551.037	90.389			-64%	>100%
Outros Gastos e Perdas	864.861	9%	842.327	1.160.523			3%	-27%
Gastos e Perdas de Financ.	85.001	1%	100.157	91.464			-15%	10%

Os fornecimentos e serviços externos voltaram a registar uma diminuição considerável em 2013, que em termos absolutos ultrapassou 1 milhão de euros.

As provisões do período, contrariamente ao ano anterior, sofreram um decréscimo considerável de 64% (-354 mil euros).

Os gastos com o pessoal, e outros gastos e perdas, aumentaram em 12% e 3% (+ 305 mil e 22 mil euros) respetivamente, face ao ano de 2012.

De entre as contas de reduzida expressão, assinala-se as Perdas por Imparidades, que registaram um aumento superior a 100% em relação ao ano passado (+10 mil euros).

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Este agregado somou 4,5 milhões de euros, em 2013. Dando continuidade ao movimento descendente do período anterior, observou-se nesta rubrica, no exercício em análise, uma quebra de 21%, em relação às contas de 2012, baixando também o seu peso no conjunto dos gastos.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Fornecimento e Serviços Externos	4.515.071	100%	5.735.540	6.529.945	-21%	-12%
Subcontratos	2.388.647	53%	2.993.145	3.393.175	-20%	-12%
Serviços Especializados	637.106	14%	638.264	688.944	0%	-7%
Materiais	44.898	1%	85.423	85.174	-47%	0%
Energia e Fluidos	354.009	8%	312.273	329.571	13%	-5%
Deslocações, Estadas e Transp.	285.275	6%	440.450	420.134	-35%	5%
Serviços Diversos	596.603	13%	640.827	893.100	-7%	-28%
Despesas Órgãos Sociais	208.533	5%	625.158	719.845	-67%	-13%

As variações de maior significado, para o apuramento final da conta, ocorreram nos Subcontratos (parcela mais representativa do conjunto, com 53% do total), nas Despesas com órgãos Sociais e na rubrica Deslocações, estadas e transporte.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Subcontratos	2.388.647	100%	2.993.145	3.393.175	-20%	-12%
Subcontratos Gerais	488.843	20%	460.157	455.496	6%	1%
Subcontratos Informáticos	5.735	0%	3.933	4.295	46%	-8%
Subcontratos Lazer	698.471	29%	1.226.659	1.565.472	-43%	-22%
Subcontratos PTIs	1.195.598	50%	1.302.395	1.367.913	-8%	-5%

Tal como em 2012, a rubrica Subcontratos de Lazer, onde se incluem os gastos com a subcontratação dos serviços disponibilizados pelo SBSI, aos seus associados, nomeadamente a parcela dos circuitos turísticos e aluguer de aldeamentos, desempenhou um papel importante na queda verificada, com uma redução 43%. Também os PTI's (custo dos serviços prestados pela USP) registaram decréscimo considerável.

Quanto à rubrica Despesas com órgãos sociais (essencialmente alimentação e deslocações e estadas dos órgãos sociais), a grande redução deve-se à alteração de contabilização de tais despesas, que passaram a ser, a partir de 2013, registadas no âmbito dos Recursos Humanos.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS COM PESSOAL

Esta conta representou 32% dos gastos totais. O montante despendido atingiu 2,9 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 12%, face ao período homólogo.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Gastos com o Pessoal	2.915.582	100%	2.610.273	2.663.938	12%	-2%
Remunerac. dos Órgãos Sociais	330.923	11%	371.613	353.579	-11%	5%
Remuneração do Pessoal	1.667.289	57%	1.698.790	1.758.896	-2%	-3%
Encargos s/ Remunerações	514.790	18%	509.396	505.098	1%	1%
Seguros	11.162	0%	19.212	23.552	-42%	-18%
Gastos da Ação Social	10.552	0%	5.757	12.628	83%	-54%
Outros Gastos com Pessoal	380.867	13%	5.505	10.185	>100%	-46%

O aumento verificado, nesta conta, em 2013, deve-se principalmente a alteração no registo contabilístico das despesas com órgãos sociais. O Departamento de Recursos Humanos passa a registar tais gastos, na rubrica Outros Gastos com Pessoal, onde se observa uma variação superior a 100% (+375 mil euros), gastos esses que anteriormente eram registados nos FSE's.

As Remunerações do Pessoal e Remuneração dos órgãos sociais registaram quedas de 2% e 11%, respetivamente.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
6302 Remunerações do Pessoal	1.667.289	100%	1.698.790	1.758.896	-2%	-3%
630201 Remuneração Base	908.387	54%	1.042.973	1.056.653	-13%	-1%
630202 Diuturnidades	118.564	7%	133.686	133.881	-11%	0%
630203 Isenção de Horário	65.280	4%	76.569	76.080	-15%	1%
630204 Subsídio de Falhas	2.356	0%	2.452	2.306	-4%	6%
630205 Subsídio de Refeição	155.603	9%	156.966	161.402	-1%	-3%
630206 Subsídio de Função	3.511	0%	3.511	3.511	0%	0%
630207 Trabalho Nocturno	13.133	1%	14.496	14.993	-9%	-3%
630208 Trabalho Suplementar	806	0%	4.554	22.865	-82%	-80%
630209 Subsídio de Férias	119.965	7%	107.098	122.519	12%	-13%
630210 Subsídio de Natal	102.386	6%	107.458	111.519	-5%	-4%
630211 Trabalho em Dias de Descanso	0	0%	12.856	17.594	-100%	-27%
630212 Prémios de Antiguidade	20.516	1%	15.914	15.422	29%	3%
630214 Subsídio Estudo p/ filhos Trab	7.671	0%	9.468	9.362	-19%	1%
630215 Acrés. Horário Compl. Prolong.	10.413	1%	10.790	10.790	-3%	0%
630216 Acrés. Trabalho Sáb/Dom/Feriad	15.724	1%	0	0	-	-
630219 Mês de Férias	122.974	7%	0	0	-	-

A Sede assumiu 51% do total dos gastos com o pessoal, tendo registado um aumento, em termos homólogos, de 5,0%.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES

Este conjunto contribuiu com cerca de 489 mil euros para o total dos gastos do exercício. Em relação ao período passado, não se verificou variação significativa, em termos absolutos.

(Valores em Euros)						
CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)			Valor	Valor
Gastos de Deprec. e Amort.	488.624	100%	489.590	516.596	0%	-5%
Ativos Fixos Tangíveis	488.624	100%	489.590	516.469	0%	-5%
Edifícios e Outras Construções	410.893	84%	407.473	412.813	1%	-1%
Equipamento Básico	14.754	3%	18.081	20.211	-18%	-11%
Equipamento de Transporte	1.619	0%	1.588	1.456	2%	9%
Ferramentas e Utensílios	254	0%	302	415	-16%	-27%
Equipamento Administrativo	59.560	12%	60.527	79.969	-2%	-24%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.544	0%	1.619	1.605	-5%	1%
Aumentos de Deprec. e Amort.	0	0%	0	127	-	-100%

Edifícios e outras Construções, com 84% do total, e Equipamento administrativo, com 12%, foram as rubricas que concentraram maior volume de gastos. Mas as principais variações em valor absoluto, ocorreram em Edifícios e outras Construções (+3 mil euros) e em Equipamento Básico (-3 mil euros).

■ OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta conta, onde o valor despendido não chegou a um milhão de euros, correspondeu a 9% dos gastos totais do exercício.

(Valores em Euros)						
CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Outros Gastos e Perdas	864.861	100%	842.327	1.160.523	3%	-27%
Impostos	8.208	1%	43.319	34.369	-81%	26%
Dívidas Incobráveis	2.338	0%	1.688	1.873	38%	-10%
Multas e Penalidades	1.110	0%	15	245	>100%	-94%
Gastos e Perdas em Inv. não F.	106	0%	144	60.887	-27%	-100%
Outros Gastos e Perdas	161.047	19%	106.896	333.832	51%	-68%
Quotizações	692.053	80%	690.253	729.318	0%	-5%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ OUTROS GASTOS E PERDAS

As contas Outros Gastos e Perdas e Quotizações são as parcelas mais representadas no agregado em análise.

A primeira destas contas aglutina gastos de naturezas diversas, designadamente subsídios e donativos, concedidos pelo SBSI a várias entidades. Incluem-se aqui, também, as verbas atribuídos às listas concorrentes aos actos eleitorais. Dado que, este ano, não se realizaram eleições, nota-se um elevado decréscimo nesta conta, quando comparada com o ano passado.

A segunda das rubricas atrás assinaladas congrega as contribuições para as várias instituições, nacionais e estrangeiras, onde o SBSI se encontra filiado, nomeadamente, UGT, UNI e FEBASE.

São também incluídos nesta rubrica, as perdas em bens do imobilizado, abatidos ao inventário, que este ano não foi significativo, contribuindo assim a sua variação, para o decréscimo da conta analisada.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ RENDIMENTOS TOTAIS

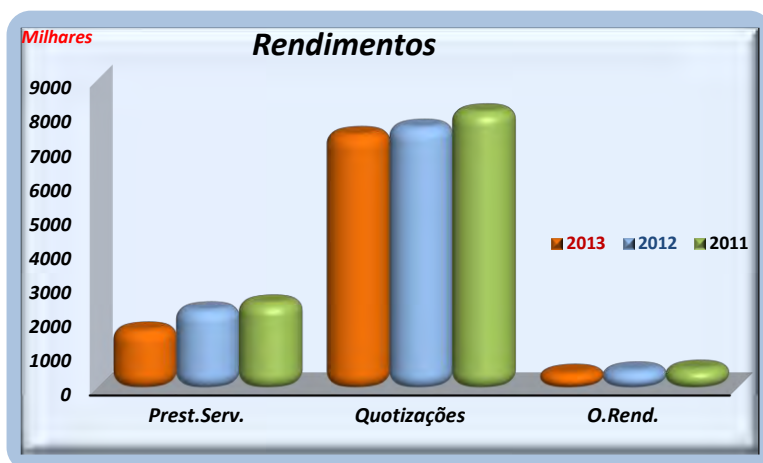
Os rendimentos totais averbaram um decréscimo homólogo de cerca de 8%, agravando a evolução negativa do período anterior.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Rendimentos	9.855.530	100%	10.685.565	11.375.555	-8%	-6%
Prestações de Serviços	1.732.520	18%	2.316.285	2.522.439	-25%	-8%
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	7.444.741	76%	7.653.446	8.107.387	-3%	-6%
Reversões	85.041	1%	15.483	0	>100%	-
Outros Rendimentos e Ganhos	491.636	5%	559.236	609.502	-12%	-8%
Juros e Outros Rend. Similares	101.592	1%	141.116	136.227	-28%	4%

A maior responsabilidade para este declínio cabe a Prestação de Serviços e Subsídios à Exploração, que, em conjunto, perderam cerca de 800 mil euros, face a 2012.

Ao contrário do ano anterior, os Juros e Outros Rendimentos Similares, de reduzido peso no total, sofreram um decréscimo de 28%, em 2013, correspondendo a 40 mil euros.



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Repetindo o que sucedeu no exercício anterior, o comportamento desta rubrica, em 2013, foi desfavorável. A evolução em relação ao período homólogo anterior, foi de 25%.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Prestações de Serviços	1.732.520	100%	2.316.285	2.522.439	-25%	-8%
Serv.Lazer-Camp.Carav.-Tx.Reduz	610.653	35%	656.095	726.043	-7%	-10%
Serv.Lazer-Exp.H.Simil-Tx.Redu	635.276	37%	867.141	957.016	-27%	-9%
Serv.Lazer-Circ.Turísticos	486.296	28%	793.050	839.248	-39%	-6%
Serviços Secundários-Tx.Normal	294	0%	0	131	-	-100%

O declínio desta conta, em 2013, está associado às parcelas que efetivamente têm peso na sua estrutura total. Em todas elas se verificaram quebras pronunciadas, destacando-se em termos absolutos, os Serviços de Lazer- Circuitos Turísticos e os de Exploração Hoteleira com menos cerca de 307 mil e 232 mil euros, respetivamente, arrecadados, do que no período homólogo e os Serviços de Lazer- Campismo e Caravanismo, menos cerca de 45 mil euros em 2013.

■ QUOTIZAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

As quotizações dos sócios sustentaram, quase inteiramente, esta conta. Globalmente, Quotizações e Subsídios à Exploração registaram uma variação negativa de 3%, menor que à variação negativa verificada no exercício anterior. Foram arrecadados 7,4 milhões de euros, neste ano, correspondentes a mais de dois terços do total das receitas.

(Valores em Euros)

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
Subsídios à Exploração	7.444.741	100%	7.653.446	8.107.387	-3%	-6%
Quotizações Sindicais	7.362.674	99%	7.601.000	8.061.240	-3%	-6%
Quotizações Lutuosa	0	0%	0	1.707	-	-100%
Outras	82.067	1%	52.446	44.440	56%	18%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

C O N T A S	2013		2012		2011		Variação	
	Valor	(%)	Valor		Valor		13/12	12/11
GASTOS	9.124.194	100%	10.375.715		11.183.157		-12%	-7%
Sede	5.934.145	65%	6.932.458		7.526.519		-14%	-8%
Parque de Campismo	1.075.395	12%	1.196.572		1.222.193		-10%	-2%
Centro de Férias	607.144	7%	635.021		620.341		-4%	2%
Secções Regionais	1.495.000	16%	1.593.981		1.799.099		-6%	-11%
Lutuosa	12.509	0%	17.683		15.005		-29%	18%
RENDIMENTOS	9.855.530	100%	10.685.566		11.375.555		-8%	-6%
Sede	6.979.812	71%	7.494.608		7.918.504		-7%	-5%
Parque de Campismo	1.060.170	11%	1.136.421		1.235.114		-7%	-8%
Centro de Férias	163.111	2%	215.408		197.125		-24%	9%
Secções Regionais	1.645.104	17%	1.825.280		2.010.473		-10%	-9%
Lutuosa	7.334	0%	13.848		14.338		-47%	-3%
Resultado Antes de Impostos	731.336	-	309.851		192.397		-	-
Sede	1.045.667		562.150		391.986		86%	43%
Parque de Campismo	-15.225		-60.151		12.921		-75%	-566%
Centro de Férias	-444.033		-419.613		-423.216		6%	-1%
Secções Regionais	150.103		231.300		211.374		-35%	9%
Lutuosa	-5.176		-3.835		-667		35%	475%

■ PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO

A exploração do Parque de Campismo, tal como no ano passado, gerou um resultado negativo, que neste exercício foi cerca de 15 mil euros

CONTAS	2013		2012		2011		Variação	
	Valor	(%)	Valor		Valor		13/12	12/11
GASTOS	1.075.395	100%	1.196.572		1.222.193		-10%	-2%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	2.360	0%	2.667		5.319		-12%	-50%
Fornec. e Serv. Externos	519.553	48%	548.136		564.041		-5%	-3%
Gastos com o Pessoal	454.914	42%	527.928		514.590		-14%	3%
Gastos de Deprec. e Amort.	69.902	7%	79.798		86.741		-12%	-8%
Provisões do Período	15.607	1%	16.206		16.295		-4%	-1%
Outros Gastos e Perdas	988	0%	6.786		18.726		-85%	-64%
Gastos e Perdas de Financ.	12.071	1%	15.052		16.480		-20%	-9%
RENDIMENTOS	1.060.170	100%	1.136.421		1.235.114		-7%	-8%
Prestações de Serviços	896.723	85%	962.982		1.055.880		-7%	-9%
Outros Rendimentos e Ganhos	163.228	15%	173.310		178.699		-6%	-3%
Juros e Outros Rend. Similares	219	0%	129		535		69%	-76%
Resultado antes de imposto	(15.225)	-	(60.151)		12.921		-75%	>100%
Imposto Sobre o Rendimento	-307	-	0		12.931		-	-100%
Resultado líquido do período	(14.918)		(60.151)		(10)			

Das contas de 2013, do Parque de Campismo e Caravanismo, destacam-se as seguintes variações:

- Os gastos globais decresceram em 10%, a principal razão do desagravamento do resultado.
- A rubrica Fornecimentos e serviços externos diminuiu 5%;
- Os Gastos com pessoal diminuíram 14%;
- Os Rendimentos globais sofreram uma quebra notória de 7%.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

■ CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO

O resultado obtido pelo Centro de Férias e Formação, em 2013, voltou a apresentar-se negativo, em mais de 400 mil euros.

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
GASTOS	607.144	100%	635.021	620.341	-4%	2%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	5.092	1%	5.164	3.802	-1%	36%
Fornec. e Serv. Externos	203.468	34%	212.400	198.642	-4%	7%
Gastos com o Pessoal	203.754	34%	219.046	203.494	-7%	8%
Gastos de Deprec. e Amort.	184.032	30%	186.076	187.780	-1%	-1%
Provisões do Período	6.468	1%	6.408	6.376	1%	1%
Outros Gastos e Perdas	327	0%	878	16.077	-63%	-95%
Gastos e Perdas de Financ.	4.002	1%	5.048	4.170	-21%	21%
RENDIMENTOS	163.111	100%	215.408	197.125	-24%	9%
Prestações de Serviços	156.183	96%	208.828	190.714	-25%	9%
Outros Rendimentos e Ganhos	6.929	4%	6.580	6.411	5%	3%
Resultado antes de imposto	(444.033)	-	(419.613)	(423.216)	6%	-1%
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	0	0	-	-
Resultado líquido do período	(444.033)		(419.613)	(423.216)		

Comparativamente ao ano anterior, assinalam-se as seguintes variações:

- Os Gastos globais decresceram 4% (-28 mil euros), em 2013;
- A rubrica de Fornecimentos e serviços externos decresceu 4% (-9 mil euros);
- Os Gastos com pessoal diminuíram 7% (-15 mil euros);
- Os Gastos de depreciação e amortizações baixaram em relação ao ano anterior, em 1% (-2 mil euros), neste exercício;
- Os Rendimentos, representados em 96% por Prestações de serviços, tiveram evolução negativa de 25% (-53 mil euros).

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA

Comparativamente ao exercício anterior, o património do Sindicato, refletido no Balanço, avaliado em cerca de 23 milhões de euros, cresceu 3%.

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
ATIVO	22.633.416	100%	21.967.464	21.660.667	3%	1%
Ativo Não Corrente	9.330.428	41%	9.745.657	10.460.159	-4%	-7%
Ativo Corrente	13.302.988	59%	12.221.807	11.200.508	9%	9%
Ativos detidos para venda	2.003.152	9%	2.003.152	1.322.696	0%	51%
Inventários	2.745	0%	4.632	5.359	-41%	-14%
Contas a receber	4.862.724	21%	5.592.157	5.403.544	-13%	3%
Diferimentos	0	0%	0	35.075	-	-100%
Caixa e depósitos bancários	6.434.367	28%	4.621.866	4.433.834	39%	4%

No final do exercício, o Ativo não Corrente e o Ativo Corrente estavam representados, de forma aproximada, nesta parcela do Balanço (41% e 59%, respetivamente).

O Ativo não Corrente era composto, quase integralmente, por Ativos Fixos Tangíveis, ocupando a rubrica Edifícios e Outras Construções posição de destaque (71%).

As Contas a Receber e as disponibilidades em Caixa e Depósitos Bancários repartiram, entre si, cerca de 50% do Ativo Corrente. O montante das Contas a Receber incluía uma soma elevada de débitos relativos às organizações pertencentes à esfera do SBSI. A conta Estado e Outros Entes Públicos também preenchia uma quota considerável desse total, contribuindo para tal posição os pedidos de reembolso do IVA.

As Disponibilidades, com uma representação maioritária de Depósitos em Bancos, cresceram 39% em relação ao período passado.

O Capital Próprio e o Passivo tinham a seguinte composição, no final do exercício:

CONTAS	2013		2012	2011	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	13/12	12/11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	22.633.416	100%	21.967.464	21.660.667	3%	1%
CAPITAL PRÓPRIO	20.741.631	92%	20.025.835	19.723.409	4%	2%
Reservas	19.250.742	93%	19.126.801	19.058.257	1%	0%
Resultados transitados	775.093	4%	589.183	475.230	32%	24%
Resultado líquido	715.796	3%	309.851	189.922	>100%	63%
PASSIVO	1.891.785	8%	1.941.629	1.937.258	-3%	0%
Passivo Não Corrente	598.643	3%	708.578	367.799	-16%	93%
Provisões	598.643	3%	708.578	367.799	-16%	93%
Passivo Corrente	1.293.142	6%	1.233.051	1.569.459	5%	-21%
Contas a pagar	1.293.142	6%	1.233.051	1.569.459	5%	-21%

Em termos homólogos, o Capital Próprio cresceu 4%, enquanto o Passivo diminuiu 3%.

Embora as Contas a Pagar tenham aumentado, o decréscimo do Passivo ficou a dever-se ao Passivo não Corrente, composto por Provisões para reformas do pessoal e processos fiscais em curso, que neste exercício não foram constituídas, contrariamente ao ano anterior.

Quanto à rubrica Contas a Pagar, que traduz o comportamento dos créditos relativos às outras organizações do SBSI, registou um aumento de 5%.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(valores expressos em Euros)

1. Balanços
2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas
3. Demonstrações de Fluxos de Caixa
4. Demonstrações de Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2013	2012
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	9.330.425	9.745.657
Participações financeiras - outros ativos financeiros	6	3	-
Total do ativo não corrente		9.330.428	9.745.657
ATIVO CORRENTE:			
Ativos não correntes detidos para venda	7	2.003.152	2.003.152
Inventários		2.745	4.632
Clientes	8	64.947	70.393
Estados e outros entes públicos	9	293.241	269.302
Outras contas a receber	10	4.504.536	5.252.462
Caixa e depósitos bancários	4	6.434.367	4.621.866
Total do ativo corrente		13.302.988	12.221.807
Total do ativo		22.633.416	21.967.464
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas estatutárias	11	19.250.742	19.126.801
Resultados transitados	11	775.093	589.183
		20.025.835	19.715.984
Resultado líquido do período		715.796	309.851
Total dos fundos patrimoniais		20.741.631	20.025.835
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	12	598.643	708.578
Total do passivo não corrente		598.643	708.578
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	164.334	255.068
Adiantamentos de clientes	14	81.854	62.913
Estado e outros entes públicos	9	113.604	81.081
Outras contas a pagar	15	933.350	833.989
Total do passivo corrente		1.293.142	1.233.051
Total do passivo		1.891.785	1.941.629
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22.633.416	21.967.464

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2013.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	16	9.177.261	9.969.731
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(40.321)	(39.163)
Fornecimentos e serviços externos	18	(4.515.071)	(5.735.540)
Gastos com o pessoal	19	(2.915.582)	(2.610.273)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	(17.649)	(7.629)
Provisões (aumentos / reduções)	12	(197.086)	(551.037)
Reversões de imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	10.226	-
Reversões de outras provisões	12/15	74.815	15.483
Outros rendimentos e ganhos	20	491.636	559.236
Outros gastos e perdas	21	(864.861)	(842.326)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.203.368	758.482
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(488.624)	(489.590)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		714.744	268.892
Juros e rendimentos similares obtidos	22	101.592	141.116
Juros e gastos similares suportados	23	(85.000)	(100.157)
Resultado antes de impostos		731.336	309.851
Imposto sobre o rendimento do período		(15.540)	-
Resultado líquido do período		715.796	309.851

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2013.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Montantes expressos em euros)

Descrição	2013	2012
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Serviços Prestados	9.811.909	9.756.414
Pagamentos a Fornecedores	(4.514.616)	(6.088.415)
Pagamentos ao Pessoal	(3.228.560)	(2.664.223)
Fluxo gerado pelas operações	2.068.733	1.003.776
Outros Pagamentos / Recebimentos Rel. At. Operacionais	(169.217)	(400.158)
Fluxo gerado pela Atividades Operacionais	1.899.516	603.618
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(25.872)	0
Fluxo de Atividades Operacionais [1]	1.873.644	603.618
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis	3.223	955
Participações Capital	0	6.000
Juros e Rendimentos Similares	101.440	136.364
Sub-total - Recebimentos	104.663	143.319
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(80.803)	(458.748)
Ativos Fixos Intangíveis	(3)	0
Sub-total - Pagamentos	(80.806)	(458.748)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]	23.857	(315.429)
Atividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e Gastos Similares	(85.000)	(100.157)
Sub-total - Pagamentos	(85.000)	(100.157)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]	(85.000)	(100.157)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]	1.812.501	188.032
Caixa e seus equivalentes - Início do período	4.621.866	4.433.834
Caixa e seus equivalentes - Fim do período	6.434.367	4.621.866

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2013.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício de 2012		19.058.257	475.230	189.922	19.723.409
Aplicação de resultados		75.969	113.953	(189.922)	-
Reserva da Lutuosa		(7.425)		7.425	(7.425)
Resultado líquido do exercício de 2012		-	-	309.851	309.851
Posição no fim do exercício de 2012		19.126.801	589.183	317.276	20.025.835
Aplicação de resultados	2	30.985	185.910	(216.895)	-
Reserva da Lutuosa		92.955	-	(92.955)	-
Resultado líquido do exercício de 2013		-	-	715.796	715.796
Posição no fim do exercício de 2013		19.250.741	775.093	723.222	20.741.631

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2013.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****1. NOTA INTRODUTÓRIA**

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (adiante igualmente designado por “SBSI”) é o principal sindicato português e foi criado em 30 de julho de 1975, com a entrada em vigor dos novos estatutos do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, este fundado em 14 de dezembro de 1933, comemorando, este ano o SBSI, 81 anos.

A sua atividade abrange todos os trabalhadores de instituições financeiras, que exerçam a sua atividade nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O SBSI está filiado na União Geral de Trabalhadores e na UNI - Federação Sindical Internacional da área dos serviços.

Para além das suas atividades no campo das relações laborais, nomeadamente na contratação coletiva de trabalho, o SBSI gere os Serviços de Assistência Médico - Social (adiante igualmente designado por “SAMS do SBSI”), principal organização privada de saúde portuguesa.

Na área da ocupação dos tempos livres, o SBSI dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere, e de um Parque de Campismo, em Olhão.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2012, vertidos no Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 105/2011 e n.º 106/2011 de 14 de março, respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL são parte integrante do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 15652/2009, n.º 15655/2009 e n.º 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a direitos de propriedade industrial e encontra-se registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Participações financeiras – outros métodos

As participações financeiras reconhecidas nesta rubrica correspondem a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não pode ser determinado com fiabilidade, pelo que são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pelo SBSI consiste no custo médio ponderado.

f) Ativos não correntes detidos para venda

O SBSI classifica um ativo como não corrente detido para venda se for expectável que a entidade venha a recuperar o investimento através da venda e não do seu uso continuado, e que a venda venha a ocorrer no curto prazo.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre:

- Quantia escriturada;
- Justo valor menos os custos associados à venda.

O ativo após ter sido transferido para esta categoria não é sujeito a amortizações, sendo efetuada regularmente uma análise de imparidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****g) Capitais próprios – reservas estatutárias**

Os capitais próprios englobam as Reservas Estatutárias, que correspondem aos fundos especiais previstos nos estatutos do SBSI. Desta forma, os resultados transitados, as reservas e o resultado líquido do exercício, sendo ambos repartidos por dois regimes, de acordo com as seguintes características:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício;
- Fundo de greve e solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do SBSI estatutariamente competentes. Este fundo destina-se também a permitir que o SBSI preste auxílio a sócios em situações de carência;
- Fundo de auxílio económico - destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento;

Adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o SBSI regista o Fundo da Lutuosa.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

k) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o SBSI tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****I) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos a bancários
- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Foi registada uma imparidade para as dívidas a receber de beneficiários e utentes, tendo em consideração a respetiva idade e o período esperado de recuperação das dívidas. Para as restantes dívidas a receber foram analisadas as diferentes situações de acordo com a perspetiva económica de recuperação da dívida.

Adicionalmente, para todas as contas a receber que se encontravam em contencioso, foram registadas imparidades pela totalidade da dívida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****m) Fundo de pensões**

O SBSI / SAMS assumiram a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo SBSI. Para fazer face a essa responsabilidade o SBSI dispõe de uma provisão, cujo reforço anual corresponde a uma percentagem sobre as remunerações anuais dos seus empregados (Nota 13).

n) Vendas e prestações de serviços

As vendas, as prestações de serviços e as quotizações dos sócios do SBSI são registadas em proveitos nas rubricas de “Vendas de mercadorias e prestações de serviços”.

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do SBSI.

o) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

p) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

q) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalha-se conforme se segue:

	2013	2012
Disponibilidades:		
Caixa	6.341	5.179
Depósitos à ordem	1.058.026	1.016.687
Depósitos a prazo	5.370.000	3.600.000
	<u>6.434.367</u>	<u>4.621.866</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os “Depósitos a prazo”, no montante global de 5.370.000 Euros, têm vencimento no período compreendido entre 10 de janeiro de 2014 e 28 março de 2014.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2013				
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	Regularizações
Ativo Bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	15.436.003	35.043	-	-	-
Equipamento básico	484.631	9.388	-	-	-
Equipamento de transporte	68.815	2.329	(68)	-	-
Equipamento administrativo	2.647.524	28.791	(132.313)	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	145.903	1.065	(127)	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	3.120	-	-	-	(3.120)
	<u>20.570.968</u>	<u>76.616</u>	<u>(132.508)</u>	<u>-</u>	<u>(3.120)</u>
Depreciações					
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	7.462.528	410.892	-	-	-
Equipamento básico	446.108	14.754	-	-	-
Equipamento de transporte	62.329	1.619	(68)	-	-
Equipamento administrativo	2.432.469	59.667	(132.313)	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	143.013	1.692	(127)	-	104
	<u>10.825.311</u>	<u>488.624</u>	<u>(132.508)</u>	<u>-</u>	<u>104</u>
Ativo Líquido	<u>9.745.657</u>	<u>(412.008)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.224)</u>

No exercício de 2013, na rubrica de “Equipamento Administrativo” encontram-se registados abates no valor total de 132.313 Euros, essencialmente justificados pela obsolescência de material informático e administrativo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	2012					Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	Transferências	
Ativo Bruto						
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	14.738.970	399.767	-	-	297.266	15.436.003
Equipamento básico	479.708	4.923	-	-	-	484.631
Equipamento de transporte	68.815	-	-	-	-	68.815
Equipamento administrativo	2.591.786	56.693	(504)	(451)	-	2.647.524
Outros ativos fixos tangíveis	145.393	510	-	-	-	145.903
Ativos fixos tangíveis em curso	980.842	-	-	-	(977.722)	3.120
	20.790.486	461.893	(504)	(451)	(680.456)	20.570.968
Depreciações						
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	7.055.055	407.473	-	-	-	7.462.528
Equipamento básico	428.026	18.082	-	-	-	446.108
Equipamento de transporte	60.741	1.588	-	-	-	62.329
Equipamento administrativo	2.372.549	60.526	(504)	(102)	-	2.432.469
Outros ativos fixos tangíveis	141.092	1.921	-	-	-	143.013
	10.336.327	489.590	(504)	(102)	-	10.825.311
Ativo Líquido	10.454.159	(27.697)	-	(349)	(680.456)	9.745.657

No exercício de 2012, da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em Curso” foi transferido o montante de 680.456 Euros para a rubrica de “Ativos Não Correntes Detidos para Venda” (Nota 7).

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido, a partir de 1 de outubro de 2013. Estas verbas encontram-se registadas na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundos de Compensação do Trabalho”.

No final do exercício de 2011, o SBSI aceitou a oferta de alienação por 6.000,00 Euros, da totalidade das ações detidas da Macif Portugal, SA, ou seja 3.750 ações pelo valor 1,60 Euros por ação, cuja liquidação ocorreu no início de 2012.

	Saldo em 31-12-2011	Alienações	Saldo em 31-12-2012	Dotação	Saldo em 31-12-2013
Participação de Capital - Valor aquisição	108.703	(108.703)	-	-	-
Imparidade	(102.703)	102.703	-	-	-
Outros Ativos Financeiros - Fd. Compensação Trabalho	-	-	-	3	3
	6.000	(6.000)	-	3	3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta pelo imóvel denominado por “Palacete”, sendo expectativa do SBSI que o mesmo venha a ser alienado no curto prazo. Até esta data o mesmo ainda não foi alienado pelo facto das condições do mercado imobiliário não o terem permitido.

	Saldo em 31-12-2011	Transfer.	Saldo em 31-12-2012	Saldo em 31-12-2013
Ativos não correntes detidos para venda	1.322.696	680.456	2.003.152	2.003.152
	<u>1.322.696</u>	<u>680.456</u>	<u>2.003.152</u>	<u>2.003.152</u>

Em 31 de dezembro de 2012, foi registado, por transferência da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em Curso” o valor de 680.456 Euros relativo a obras e ao processo de licenciamento do imóvel denominado de “Palacete” (Nota 5).

8. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Clientes” tem a seguinte composição:

	2013	2012
Créditos a Beneficiários:		
Conta Corrente Sócios,não sócios e Outros	56.041	51.566
Organismos	276	276
	<u>56.317</u>	<u>51.842</u>
Clientes Cobrança Duvidosa:		
Associados - Contencioso	10.487	12.792
Associados	11.721	20.396
Credores cobrança duvidosa - Pessoal SBSI	-	176
Outros devedores	89.647	89.647
	<u>111.855</u>	<u>123.011</u>
Clientes G.F. :		
Socios C.G.F	11.657	8.335
Trabalhadores C.G.F	1.862	3.007
Clientes com Títulos Caucionados a Receber:		
Trabalhadores	1.194	1.238
Associados	478	478
	<u>15.191</u>	<u>13.058</u>
	<u>183.363</u>	<u>187.911</u>
Perdas por imparidade de dívidas a receber de clientes (Nota 12)	(118.416)	(117.518)
	<u>64.947</u>	<u>70.393</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2013	2012
Saldos activos:		
Imposto sobre o valor acrescentado	267.890	269.302
Retenções na fonte (IRC)	25.351	
	<u>293.241</u>	<u>269.302</u>
Saldos passivos:		
Contribuições para a Segurança Social	45.540	47.473
Imposto sobre o valor acrescentado	5.300	9.267
Retenções na fonte (IRS)	47.224	24.341
IRC Estimativa de Imposto	15.540	-
	<u>113.604</u>	<u>81.081</u>

Nos valores passivos relativos a dezembro de 2012 incluem-se as contribuições da Segurança Social, IRS – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e IVA – Imposto sobre o valor Acrescentado os montantes 45.540 Euros, 47.224 Euros e 5.300 Euros, respetivamente. O valor do IRC retido ascende a 25.351 Euros, sendo a estimativa de imposto de 15.540 Euros.

O saldo devedor de 267.890 Euros inclui valores compensados no processo tributário de IVA relativo aos anos de 2000/2001 que se encontra impugnado judicialmente. No âmbito do Regime Especial de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social (Decreto-Lei n.º 151 – A/2130, de 31 de outubro), foi liquidado o valor remanescente em dívida deste processo fiscal, no montante de 25.872 Euros, tendo sido utilizada pelo mesmo valor a provisão para impostos e revertido o montante correspondente a 74.812 Euros, em função dos benefícios proporcionado por este Regime (Nota 12).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Adiantamentos Subs. Doença/Pensões	76.741	22.150
Adiantamentos ao Pessoal	6.750	-
Adiantamentos a Órgãos Sociais	4.363	-
	<u>87.854</u>	<u>22.150</u>
USP	3.414.814	3.423.100
SAMS	-	518.551
Devedores F.A.E	247.224	219.454
Devedores F.A.E - Despesas escolares	236.600	240.505
FEBASE	-	165.525
UGT	24.613	-
INETESE	78.250	95.500
Sindicatos Congéneres	2.040	10.102
Lutuosa	28.683	55.331
	<u>4.032.224</u>	<u>4.728.068</u>
Quotizações a receber		
Das instituições de crédito	343.526	472.982
De individuais	-	10
	<u>343.526</u>	<u>472.992</u>
Outros devedores	60.676	37.002
	<u>60.676</u>	<u>37.002</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.104	22.573
Perdas por imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 12)	(36.848)	(30.323)
	<u>4.504.536</u>	<u>5.252.462</u>

Durante o exercício económico 2012, foi criado o Fundo de Auxílio Económico para apoio às despesas escolares, tendo sido disponibilizados, durante o exercício de 2013, 412 apoios (393 em 2012), no montante global de 292.395 Euros (279.790 Euros em 2012). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2013, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 236.600 Euros (240.505 Euros em 2013).

Em 31 de dezembro de 2013, encontrava-se em dívida o montante de 78.250 Euros no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 24).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

		2013	2012
Com os SAMS do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SAMS do SBSI):			
. Débitos a curto prazo - Outros	Nota 10	-	518.551
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	177.385	-
		<u>177.385</u>	<u>518.551</u>
Com a Unidade de Serviços Partilhados (USP):			
. Débitos a curto prazo - Adiantamento - Edifício Rua Elias Garcia		3.390.354	3.390.354
. Débitos a curto prazo - Outros		24.460	32.746
	Nota 10	<u>3.414.814</u>	<u>3.423.100</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o SBSI efetuou os seguintes débitos ao SAMS:

	2013	2012
Rendas de prédios urbanos	87.869	87.869
Reuniões do Conselho Geral e outras	37.582	22.809
Serviços de contencioso	48.955	47.346
Revista "O Bancário"	35.352	23.434
	<u>209.758</u>	<u>181.458</u>

No exercício de 2013 e na sequência da transferência dos Serviços de Aprovisionamento Geral da USP para os SAMS, os SAMS debitaram à Atividade Sindical pelos serviços prestados neste domínio, o montante de 2.276 Euros.

11. FUNDOS PATRIMONIAIS

A decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

	2013	2012
Reservas de reavaliação legal	-	(72.987)
Resultados Transitados	775.093	662.170
Outras reservas		
Fundo Sindical	12.096.554	12.065.568
Fundo Greve e Solidariedade	6.574.862	6.481.906
Fundo de Auxílio Económico	300.000	300.000
Fundo da Lutuosa	279.326	279.327
	<u>19.250.742</u>	<u>19.126.801</u>
	<u>20.025.835</u>	<u>19.715.984</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

12. IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade e provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

Descrição	Saldos em 31-12-2012	Reforços	Utilizações	Reversões e Regulariz.	Saldos em 31-12-2013
Pensões de reforma	139.475	192.822	(206.334)	-	125.963
Processos fiscais em curso	569.103	4.264	(25.872)	(74.815)	472.680
	708.578	197.086	(232.206)	(74.815)	598.643
Imparidade de dívidas a receber de clientes (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	21.669			(10.226)	11.443
Dívidas em contencioso	6.202	17.649		(6.525)	17.326
Outras dívidas de terceiros	89.647	-			89.647
	117.518	17.649	-	(16.751)	118.416
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	30.323			6.525	36.848
	147.841	17.649	-	(10.226)	155.264
	856.419	214.735	(232.206)	(85.041)	753.907

Descrição	Saldos em 31-12-2011	Reforços	Utilizações	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2012
Pensões de reforma	71.037	278.696	(210.258)	-	139.475
Processos fiscais em curso	296.762	272.341	-	-	569.103
	367.799	551.037	(210.258)	-	708.578
Imparidade participações financeiras (Nota 6):	102.703	-	(102.703)	-	-
Imparidade de dívidas a receber de clientes (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	24.453		899	(3.683)	21.669
Dívidas em contencioso	25.212		-	(19.010)	6.202
Outras dívidas de terceiros	85.056			4.591	89.647
	134.721	-	899	(18.102)	117.518
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	4.591	7.629	1	18.102	30.323
	139.312	7.629	900	-	147.841
	609.814	558.666	(312.061)	-	856.419

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Pensões de reforma" corresponde ao compromisso de conceder aos seus empregados complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social. Para fazer face a esta responsabilidade, o SBSI constituiu uma provisão cujo o saldo ascendia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a 125.963 Euros e 139.475 Euros, respetivamente. No exercício de 2013, o reforço da provisão ascendeu a 192.822 Euros.

Tem estado a ser efetuado estudo atuarial por entidade especializada com vista à determinação das responsabilidades assumidas mostrando-se a provisão constituída, à partida, insuficiente para fazer face a essas responsabilidades em montante ainda não definitivamente estimado pelo facto do estudo ainda não ter sido concluído.

Na rubrica "Processos fiscais em curso" encontra-se registada a provisão para processos fiscais em sede de IVA, no valor correspondente a 472.680 Euros, em 2013, respeitantes aos anos de 2000/2001 e 2002 e que se encontram impugnados judicialmente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

O SBSI, durante o exercício de 2013, aproveitou o Regime Especial de Regularização de Dividas Fiscais e à Segurança Social (RERD), consagrado no Decreto – Lei n.º 151 – A / 2013, de 31 de outubro, tendo liquidado o montante de 25.872 Euros, respeitante ao processo de 2000/2001, valor pelo qual utilizou a provisão para processos fiscais. Pelos benefícios atribuídos pelo RERD, ao nível da dispensa de juros de mora, juros compensatórios, custas e redução de coimas, a referida provisão foi revertida no valor de 74.812 Euros. Pelo processo de IVA 2002, a provisão foi reforçada, no exercício de 2013, no valor de 4.264 Euros (Nota 9).

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de “Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores conta corrente	164.334	255.068
	<u>164.334</u>	<u>255.068</u>

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Adiantamento de clientes” tem a seguinte composição:

	2013	2012
Utentes Parque de Campismo	81.854	62.913
	<u>81.854</u>	<u>62.913</u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
SAMS - Serviços de Assistência Médico Social	177.385	-
Lutuosa	244.299	273.168
Centrais Sindicais	-	-
Sindicatos Congéneres	80.151	63.768
Remunerações a Pagar ao Pessoal	49.003	89.943
Sindicatos	937	1.117
Outros credores por acréscimos	340.331	364.132
Outros Credores	41.244	41.861
	<u>933.350</u>	<u>833.989</u>

Na rubrica “Outros credores por acréscimos” está englobada a responsabilidade com férias e subsídio de férias para com os trabalhadores no valor de 326.664 Euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

16. VENDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Vendas, Serviços prestados e Subsídios de Exploração”, nos exercícios de 2013 e 2012, tem a seguinte composição:

	2013	2012
Prestações de Serviços		
Organização de Circuitos turísticos	486.591	793.050
Exploração Hoteleira e similar	625.860	867.140
Campismo e Caravanismo	610.653	656.095
	<u>1.723.104</u>	<u>2.316.285</u>
Quotizações	7.362.674	7.600.999
Outros Subsídios Exploração	91.483	52.447
	<u>9.177.261</u>	<u>9.969.731</u>

A diminuição na prestação de serviços, em 2013 comparativamente com 2012, resulta essencialmente da menor taxa de ocupação verificada nos serviços disponibilizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verifica-se a diminuição dos “Subsídios de Exploração” ao nível da rubrica das “Quotizações”, cujo valor ascendeu a 7.362.674 Euros.

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Matérias primas, subsidiárias e consumo	38.295	34.012
Mercadorias	2.026	5.151
	<u>40.321</u>	<u>39.163</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

	2013	2012
Subcontratos:		
Atividades turísticas	465.502	755.808
Aluguer de aldeamentos	195.625	376.961
Serviços financeiros	271.543	365.136
Serviços de informática	268.141	266.120
Serviços administrativos	200.170	213.108
Serviços de manutenção e instalação	206.573	242.724
Outros subcontratos	781.093	773.288
	<u>2.388.647</u>	<u>2.993.145</u>
Fornecimentos e Serviços:		
Despesas de representação	209.613	625.158
Deslocações e Estadas	278.156	433.557
Comunicação	199.757	200.660
Trabalhos Especializados	201.458	183.346
Rendas e Aluguers	123.753	193.069
Eletricidade	237.068	195.920
Conservação e Reparação	158.503	144.891
Honorários	152.332	155.545
Publicidade e Propaganda	120.384	150.371
Outros	445.400	459.878
	<u>2.126.424</u>	<u>2.742.395</u>
	<u>4.515.071</u>	<u>5.735.540</u>

O total de serviços subcontratados à USP que se encontram englobados em diferentes sub rubricas da conta de “subcontratos”, totalizam 1.198.372 Euros e 1.302.395 Euros, no final de 2013 e 2012, respetivamente.

Na rubrica de “Despesas de representação” deixaram de ser registadas as despesas de deslocações e estadas e de ajudas de custos com os Órgãos Sociais que, a partir do início do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reclassificadas na rubrica de “Outros gastos com o pessoal”. Estas despesas ascendem a 334.129 Euros (Nota 19).

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos contratos de aluguer operacional, em 2013 e 2012:

2013	Estimativa de valor da renda anual	Rendas Vincendas
Viaturas	105.205	95.992
Fotocopiadoras / Impressoras	21.313	12.318
2012	Estimativa de valor da renda anual	Rendas Vincendas
Viaturas	13.585	28.302
Fotocopiadoras / Impressoras	5.727	5.727

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

19. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e os custos com o pessoal nos exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	330.923	371.614
Remunerações do pessoal	1.667.289	1.698.790
Encargos sobre remunerações	514.790	509.396
Encargos com seguros	11.161	19.212
Custos de ação social	10.552	5.757
Outros gastos com o pessoal	380.867	5.504
	<u>2.915.582</u>	<u>2.610.273</u>

Em 31 de dezembro de 2013, na rubrica “Outros gastos com o pessoal” estão incluídos 334.129 Euros de gastos com deslocações e estadas e ajudas de custos com os Órgãos Sociais. Estas despesas nos exercícios económicos transatos foram registados na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos – Despesas de representação” (Nota 18).

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos Suplementares:		
Cedência de bens e serviços	180.908	198.482
Cursos de formação	16.965	17.568
Outros	147.257	190.341
	<u>345.130</u>	<u>406.391</u>
Rendas de prédios urbanos		
SAMS	87.869	87.869
Outros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	58.637	64.975
	<u>491.636</u>	<u>559.236</u>

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Outros gastos e perdas” apresenta a seguinte decomposição:

	2013	2012
Quotizações:		
U.G.T. -Uniao Geral Trabalhadores	515.387	532.070
FEBASE	127.326	102.606
Outras	49.340	55.577
	<u>692.053</u>	<u>690.253</u>
Cooperação	114.443	-
Ofertas e Prémios	4.043	69.209
Impostos	8.209	43.319
Dívidas incobráveis	2.338	1.688
Outros	43.775	37.857
	<u>864.861</u>	<u>842.326</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS SIMILARES

A rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de depósitos bancários	101.440	136.364
Outros	152	4.752
	<u>101.592</u>	<u>141.116</u>

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” tem a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços Bancários	83.822	98.220
Juros suportados	65	136
Outros	1.113	1.801
	<u>85.000</u>	<u>100.157</u>

Nos serviços bancários incluem-se as despesas relativas às garantias bancárias prestadas no contexto dos processos fiscais em curso, conforme se descreve no quadro seguinte:

Entidade	Entidade Beneficiária	Descrição	Montante
Banco Santander Totta	DGCI	Processo Fiscal IRC 2006	451.838
Banco Santander Totta	DGCI	Processo Fiscal IRC 2004/5	1.241.390
Banco Santander Totta	DGCI	Processo Fiscal IRC 2003	593.213
			2.286.441

24. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

a) Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o SBSI e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o SBSI disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso será realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo.

Durante o exercício de 2013, foram liquidados pelo INETESE 17.250 Euros, sendo o valor em dívida de 78.250 Euros (Nota 10).

Durante o ano de 2012, os principais movimentos ocorridos neste âmbito foram os seguintes:

- Disponibilização de 100.000 Euros ao INETESE.
- Restituição por parte do INETESE da quantia correspondente a 4.500 Euros, sendo o saldo dívida em 31.12.2012 de 95.500 Euros (Nota 10).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Direção do SBSI em 14 de março de 2014.

A Direção

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso – Presidente
Fernando Horácio de Jesus Oliveira – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
Manuel Joaquim Frasquilho Camacho
Rui Miguel Pinto Mouzinho
António José Real da Fonseca
João Gonçalo Barros Ferreira
Ana Paula Silva Viseu
José Maria Pastor de Oliveira
Humberto Miguel Lopes da Cruz Jesus Cabral
Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves
Ana Catarina Soares de Albergaria Moreira e Lopes

A Diretora Financeira

Ana Mafalda da Cruz Guerra

A Chefe da Contabilidade

Maria Fernanda Freire Ferreira

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS
DO EXERCÍCIO DE 2013**

De harmonia com o disposto no art.º 81, nº 2, dos Estatutos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a Direção do propõe a aplicação do saldo do exercício de 2013, no montante de 715.796,37 Euros, tenha a seguinte aplicação:

- Fundo de Greve e de Solidariedade	214.738,91 Euros
- Fundo Sindical	71.579,64 Euros
- Resultados Transitados	429.477,82 Euros

Lisboa, 14 de Março de 2014

A Direção

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso – Presidente
Fernando Horácio de Jesus Oliveira – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
Manuel Joaquim Frasquilho Camacho
Rui Miguel Pinto Mouzinho
António José Real da Fonseca
João Gonçalo Barros Ferreira
Ana Paula Silva Viseu
José Maria Pastor de Oliveira
Humberto Miguel Lopes da Cruz Jesus Cabral
Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves
Ana Catarina Soares de Albergaria Moreira e Lopes

A N E X O S

Parque de Campismo

Balanço

Demonstração de Resultados por Naturezas

Centro de Férias e Formação

Balanço

Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - Parque de Campismo
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	2013	2012
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Activos fixos tangíveis	906.798	961.090
Total do activo não corrente	906.798	961.090
ATIVO CORRENTE:		
Cientes	2.575	2.435
Outras contas a receber	2.424.919	2.211.531
Caixa e depósitos bancários	201.753	98.351
Total do activo corrente	2.629.247	2.312.316
Total do activo	3.536.045	3.273.407
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultados transitados	395.574	395.574
	395.574	395.574
Resultado líquido do período	(15.532)	(60.151)
	380.042	335.423
Interesses minoritários		
Total do capital próprio	380.042	335.423
PASSIVO:		
Fornecedores	6.250	3.186
Adiantamentos de clientes	81.890	62.949
Estado e outros entes publicos	22.357	10.654
Outras contas a pagar	3.045.506	2.861.195
Total do passivo corrente	3.156.003	2.937.983
Total do passivo	3.156.003	2.937.983
Total do capital próprio e do passivo	3.536.045	3.273.407

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - Parque de Campismo
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	896.723	962.982
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.360)	(2.667)
Fornecimentos e serviços externos	(519.553)	(548.136)
Gastos com o pessoal	(454.914)	(527.928)
Provisões (aumentos / reduções)	(15.607)	(16.206)
Outros rendimentos e ganhos	163.228	173.310
Outros gastos e perdas	(988)	(6.786)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	66.529	34.569
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(69.902)	(79.798)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(3.373)	(45.228)
Juros e rendimentos similares obtidos	218	129
Juros e gastos similares suportados	(12.070)	(15.052)
Resultado antes de impostos	(15.225)	(60.151)
Imposto sobre o rendimento do período	(307)	-
Resultado líquido do período	(15.532)	(60.151)

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - CFF - Centro Férias e Formação
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	2.013	2.012
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Ativos fixos tangíveis	641.490	817.516
Total do ativo não corrente	641.490	817.516
ATIVO CORRENTE:		
Inventários	2.744	4.632
Clientes	-	157
Estados e outros entes públicos	-	2.494
Outras contas a receber	267	12.828
Caixa e depósitos bancários	31.048	43.455
Total do ativo corrente	34.059	63.566
Total do ativo	675.548	881.082
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultados transitados	(4.361.387)	(4.361.387)
	(4.361.387)	(4.361.387)
Resultado líquido do período	(444.032)	(419.613)
	(4.805.419)	(4.781.000)
Interesses minoritários		
Total do capital próprio	(4.805.419)	(4.781.000)
PASSIVO:		
Fornecedores	454	6.837
Adiantamentos de clientes	6.554	9.033
Estado e outros entes públicos	11.230	1.610
Outras contas a pagar	5.462.729	5.644.603
Total do passivo corrente	5.480.967	5.662.082
Total do passivo	5.480.967	5.662.082
Total do capital próprio e do passivo	675.548	881.082

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - CFF - Centro Férias e Formação
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	156.183	208.828
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5.092)	(5.164)
Fornecimentos e serviços externos	(203.468)	(212.400)
Gastos com o pessoal	(203.754)	(219.046)
Provisões (aumentos / reduções)	(6.468)	(6.408)
Outros rendimentos e ganhos	6.929	6.580
Outros gastos e perdas	(326)	(878)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(255.998)	(228.489)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(184.032)	(186.076)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(440.030)	(414.565)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(4.002)	(5.048)
Resultado antes de impostos	(444.032)	(419.613)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	(444.032)	(419.613)

A Direção do SBSI